

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 117/2024
Data: 25/10/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

| | |
|--|-----------|
| A TRIBUNA DIGITAL (SP) | 4 |
| ANTAQ PUBLICA EDITAL DE LEILÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS | 4 |
| APS PRETENDE AMPLIAR AÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES DO LITORAL DE SÃO PAULO | 4 |
| ME – MOVIMENTO ECONÔMICO | 5 |
| RENÚNCIA FISCAL TRIPLICOU NO BRASIL EM 10 ANOS BENEFICIANDO MAIS O SUDESTE..... | 5 |
| “H2V PODE DOMINAR O SETOR DA DESSALINIZAÇÃO E DEMOCRATIZÁ-LO” | 7 |
| GIGA + COMPRA ATEX TELECOM PARA EXPANDIR SUA ATUAÇÃO NO MARANHÃO | 8 |
| POR R\$ 675 MI, PECÉM TERÁ AMPLIAÇÃO PARA CARGAS DA TRANSNORDESTINA E H2V | 9 |
| ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS | 11 |
| PUBLICADA PAUTA DA 575ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA..... | 11 |
| EDITAL DE LEILÃO DOS TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS, QUE SERÃO LEILOADOS EM 18 DE DEZEMBRO, É PUBLICADO | 11 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF | 12 |
| PRESIDENTE DA TAP E SILVIO COSTA FILHO ANUNCIAM RETOMADA DE VOOS DA EMPRESA PARA O RIO GRANDE DO SUL ... | 12 |
| SILVIO COSTA FILHO VISITA PORTO DE LISBOA E FALA EM PARCERIAS PARA AUMENTAR A CAPACIDADE E COMPETITIVIDADE DOS TERMINAIS BRASILEIROS | 13 |
| MPOR E ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS FIRMAM ACORDO POR POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NO SETOR | 14 |
| PROJETOS DE CONCESSÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS E FORTALECIMENTO DA AVIAÇÃO INTERNACIONAL SÃO DESTAQUES EM REUNIÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL | 15 |
| NOVAS CONCESSÕES DE PORTOS VÃO GARANTIR R\$ 3,6 BI EM INVESTIMENTOS | 16 |
| GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF | 17 |
| IDOSOS E PCDs PODEM EMITIR, A PARTIR DESTA SEXTA (25), CREDENCIAL DE ESTACIONAMENTO VIA APLICATIVO CARTEIRA DIGITAL DE TRÂNSITO E PORTAL DA SENATRAN | 17 |
| NA EUROPA, RENAN FILHO REAFIRMA BANDEIRA DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES COMO POLÍTICA DE ESTADO | 18 |
| BE NEWS – BRASIL EXPORT | 20 |
| EDITORIAL – UM ACORDO PELO FUTURO | 20 |
| NACIONAL - HUB – CURTAS - SEM PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL, BRASIL PODE TER QUE VOLTAR A IMPORTAR ÓLEO | 21 |
| Alerta 1..... | 21 |
| Alerta 2..... | 21 |
| Alerta 3..... | 21 |
| Alerta 4..... | 21 |
| Mudanças climáticas..... | 21 |
| NACIONAL- GOVERNO E SETOR PRIVADO FIRMAM PARCERIA PARA REDUZIR EMISSÕES NOS PORTOS | 21 |
| NACIONAL – ANTEPROJETO PODE AUMENTAR EFICIÊNCIA DOS PORTOS PÚBLICOS, AVALIA NERY | 23 |
| NACIONAL - PARA FENOP, ANTEPROJETO É PASSO IMPORTANTE PARA MELHORIAS | 24 |
| NACIONAL - LIDERANÇAS PORTUÁRIAS BUSCAM APOIO CONTRA MUDANÇAS E COGITAM NOVA GREVE | 24 |
| NACIONAL - GOVERNO LANÇA LEILÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS COM INVESTIMENTO DE R\$ 3,6 BI | 25 |
| INTERNACIONAL - BRASIL E PORTUGAL ALINHAM ESTRATÉGIAS PARA EXPANSÃO PORTUÁRIA E NOVOS VOOS | 26 |
| NACIONAL - TCU AUTORIZA PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DO AEROPORTO DE GUARULHOS | 27 |
| NACIONAL - GRANEL QUÍMICA COMEMORA 50 ANOS..... | 28 |
| REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE VIRACOPOS COMEÇA A RECEBER EQUIPAMENTOS DA FÓRMULA 1 | 28 |
| REGIÃO SUL - SC AUTORIZA INÍCIO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA RODOVIA NO LITORAL..... | 29 |
| BAHIA ECONÔMICA - BA | 30 |
| BNDES LANÇA PACTO E DIZ NÃO APOIAR PROJETOS QUE TÊM MADEIRA COMO MATÉRIA-PRIMA..... | 30 |
| LULA COMENTA ACORDO DA VALE SOBRE TRAGÉDIA DE MARIANA: ‘ERA MAIS BARATO TER EVITADO A DESGRAÇA’ | 31 |
| EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA | 31 |
| ELETOBRAS MIRA PARCERIA NA OPERAÇÃO DE ELETROLISADORES EM PLANTAS DE HIDROGÊNIO VERDE | 31 |
| CHINA CAMINHA PARA PICO DE CONSUMO DE ÓLEO EM MEIO A ADOÇÃO MASSIVA DE CARROS ELÉTRICOS | 32 |
| REGULAÇÃO - SILVEIRA AMENIZA CRÍTICAS À ANEEL, MAS DEFENDE VOLTA DOS CONTRATOS DE GESTÃO..... | 33 |
| DIRETORES, ACADEMIA E MERCADO SAEM EM DEFESA DE AGÊNCIAS REGULADORAS | 34 |



| | |
|---|-----------|
| JORNAL O GLOBO – RJ | 37 |
| ANEEL DEFINE BANDEIRA AMARELA PARA NOVEMBRO, E CONTAS DE LUZ TERÃO ALÍVIO NO PRÓXIMO MÊS | 37 |
| AÇÕES DA VALE SOBEM 4% COM ACORDO SOBRE MARIANA E RESULTADOS FINANCEIROS | 38 |
| EM UM MÊS, AUTORIDADE BRASILEIRA DE DADOS ABRE MAIS INVESTIGAÇÕES CONTRA EMPRESAS DO QUE EM QUATRO ANOS | 39 |
| EMPRESÁRIOS QUEREM DEFINIÇÃO SOBRE MERCADO DE CARBONO | 42 |
| GOVERNO QUER LIMITAR NÚMERO DE BOTIJÕES POR FAMÍLIA EM NOVO VALE-GÁS | 44 |
| UMA DAS PRIORIDADES DO G20, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA É UM DOS CARTÕES DE VISITA DO BRASIL. VEJA POR QUÊ | 44 |
| O ESTADO DE SÃO PAULO - SP | 46 |
| POR QUE GIGANTES DA LOGÍSTICA ESTÃO COMPRANDO TERMINAIS PORTUÁRIOS NO BRASIL..... | 46 |
| CINCO PONTOS CITADOS PELO CEO DA VALE EM SUA PRIMEIRA ENTREVISTA | 48 |
| CHUVAS MAIS INTENSAS PODEM PERMITIR BANDEIRA TARIFÁRIA AMARELA EM NOVEMBRO | 50 |
| G-20: MINISTROS DO COMÉRCIO OBTÊM CONSENSO E ADOTAM NOVE PRINCÍPIOS SUSTENTÁVEIS | 52 |
| VALOR ECONÔMICO (SP) | 53 |
| MARCELO BACCI DEIXA SUZANO APÓS 10 ANOS PARA SER NOVO DIRETOR FINANCEIRO E DE RI DA VALE..... | 53 |
| CONSELHO DA PETROBRAS APROVA CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS.... | 53 |
| PETRÓLEO SE RECUPERA E FECHA SEMANA COM ALTA DE 4,5% | 54 |
| ESTAMOS BUSCANDO ATINGIR NOSSA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO NO MINÉRIO DE FERRO, DIZ PRESIDENTE DA VALE | 54 |
| AUSÊNCIA DE LULA NA COP 16, EM CÁLI, DEIXA ESPAÇO PARA LIDERANÇA REGIONAL DE GUSTAVO PETRO..... | 56 |
| AGÊNCIA BRASIL - DF..... | 57 |
| STF AUTORIZA FUNCIONAMENTO DE LIXÕES ATÉ FIM DO PRAZO DE LICENCIAMENTO | 57 |
| PORTAL PORTOS E NAVIOS | 57 |
| PORTO DE SANTOS MOVIMENTOU 137 MILHÕES DE TONELADAS EM 9 MESES | 57 |
| PETROLEIRO ABREU E LIMA FICA À DERIVA APÓS VENTOS FORTES NA BAÍA DE GUANABARA | 58 |
| BRADO IMPLANTA REDEX NO TERMINAL DE RONDONÓPOLIS PARA AGILIZAR EXPORTAÇÕES | 59 |
| PORTO DE ITAGUAÍ TERÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO COM LEILÃO EM DEZEMBRO | 59 |
| SÃO PAULO AUTORIZA PPP PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ | 60 |
| FPSO ALMIRANTE TAMANDARÉ CHEGA AO BRASIL PARA AMPLIAR PRODUÇÃO EM BÚZIOS | 60 |
| EÓLICAS OFFSHORE AINDA TERÃO ETAPAS DESAFIADORAS APÓS REGULAÇÃO..... | 61 |
| EMPRESAS BELGAS DE DRAGAGEM AMPLIAM PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS GLOBAIS DE RENOVÁVEIS | 62 |
| BRASIL ESTÁ NA ROTA DA DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA, APONTAM AGENTES..... | 63 |
| MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA | 65 |
| ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM | 65 |



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ANTAQ PUBLICA EDITAL DE LEILÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS

Conforme os estudos, o valor total a ser investido nessas três áreas chega a R\$ 4,48 bilhões
Por ATribuna.com.br



O valor total a ser investido nessas três áreas chega a R\$ 4,48 bilhões (FreePik)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou nesta quinta-feira (24) o edital de leilão dos três terminais portuários que serão leiloados em 18 de dezembro. Conforme os estudos, o valor total a ser investido nessas três áreas chega a R\$ 4,48 bilhões.

As áreas a serem arrendadas são o ITG02, no Porto de Itaguaí (RJ), o MCP03, no Porto de Santana (AP), e o MAC16, no Porto de Maceió (AL). O certame vai acontecer na B3, em São Paulo, e será transmitido pelo canal da Antaq no YouTube. O MAC16 é destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos em geral, com previsão de investimentos de R\$ 6,18 milhões ao longo dos cinco anos do contrato. Por sua vez, o MCP03 vai movimentar e armazenar granéis sólidos vegetais. O contrato, com prazo de 25 anos, prevê investimentos de R\$ 88,89 milhões.

Por fim, o terminal com maior previsão de investimentos (R\$ 3,53 bilhões) é o ITG02. A área é destinada à movimentação de granel sólido mineral e o prazo é de 35 anos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 25/10/2024

APS PRETENDE AMPLIAR AÇÃO SOCIAL NAS COMUNIDADES DO LITORAL DE SÃO PAULO

Projeto Eco-Comunidade recebe verba da gestora do Porto de Santos
Por Bárbara Farias



Projeto Eco-Comunidade recebe verba da APS (Vanessa Rodrigues/AT)

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, afirmou que deseja expandir a relação Porto-Cidades na Margem Esquerda do Porto de Santos, em Guarujá, assim como ocorreu na Margem Direita, em Santos, com a construção do Parque Valongo. Ele pretende articular projetos sociais e ambientais junto aos terminais portuários em prol da comunidade do Sítio Conceiçãozinha, localizado em Vicente de Carvalho. Ele foi ao bairro na última quarta-feira.

Pomini visitou o Projeto Eco-Comunidade, do Centro Comunitário, que consiste na coleta e troca de lixo por gêneros de primeira necessidade. O projeto é patrocinado pela APS desde o início do ano. “O Porto colabora com R\$ 50 mil, incentivando moradores a descartarem o lixo em local adequado. Eles recolhem o lixo, entregam e, em troca, recebem uma moeda chamada ‘cavalo marinho’ que pode ser trocada por produtos de higiene pessoal”, explicou.

Ainda de acordo com o presidente da Autoridade Portuária, a comunidade local receberá mais atenção da estatal que administra o cais santista. “Nós começamos com o pé direito na Margem

Direita com o Parque Valongo, agora, é preciso avançar sobre a Esquerda. A ideia é ampliarmos esse convênio e envolvermos todos os operadores para que se conscientizem sobre a importância dessa comunidade, constituída por quase 15 mil pessoas”.

Para isso, segundo Pomini, será preciso vencer alguns desafios, como “conscientizar as grandes empresas internacionais, especialmente, a terceira maior armadora que acabou de adquirir a Santos Brasil, a CMA CGM”. Ele ainda conheceu duas creches que atendem 200 crianças no bairro.

Infraestrutura

Pomini ressaltou ainda que, dos R\$ 12,5 bilhões em investimentos que a APS pretende investir nos próximos cinco anos em infraestrutura, a Margem Esquerda será beneficiada com a maior parte. “Mais de 60% beneficiarão diretamente Guarujá. O túnel, que é uma obra de R\$ 6 bilhões, eu posso considerar 50% para Guarujá”.

Perguntado sobre a segunda fase da Avenida Perimetral, estimada em R\$ 700 milhões, ele comentou que o projeto já foi contratado, citando ainda que o Aeroporto Civil Metropolitano, que também recebeu verba do Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, deverá passar a funcionar no ano que vem. “Todas essas obras somadas, certamente mudarão a vida das pessoas que moram na Margem Esquerda”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/10/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

RENÚNCIA FISCAL TRIPLICOU NO BRASIL EM 10 ANOS BENEFICIANDO MAIS O SUDESTE

Por Patricia Raposo - patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Brasil: Indústria lidera Foto: Miguel Ângelo/CNI

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) faz um estudo para medir o crescimento da renúncia fiscal entre 2015 e 2025 no Brasil. A O levantamento mostra que ela triplicou nas últimas duas décadas, saindo de R\$ 87,89 bilhões, em 2015, para uma estimativa de R\$ 266,52 bilhões, em 2025. A análise inédita traz dados detalhados sobre as modalidades de renúncia, os setores mais beneficiados e o impacto nas receitas estaduais e do Distrito Federal e coloca em destaque a indústria com o setor mais beneficiado no país. Entre os estados, os do Sudeste estão no top do ranking dos mais beneficiados.

A renúncia fiscal acontece quando o governo deixa de arrecadar parte dos tributos para estimular a economia ou apoiar programas sociais, promovidos pelo setor privado ou entidades não governamentais. No ano passado, ela correspondeu a 21% dos recursos financeiros dos governos estaduais de R\$ 1,1 trilhão. Em média, as renúncias fiscais representam 1,32% do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados.

A indústria foi o setor mais beneficiado nacionalmente, recebendo 37,79% das renúncias fiscais, seguida pelo comércio, com 20,13%, e pela agricultura, com 16,70%. O estudo aponta o crédito presumido como a modalidade mais utilizada, representando 40,77% do total, seguido pela redução de base de cálculo (22,17%), isenção fiscal (6,66%) e crédito outorgado (5,30%).



Foto do presidente da FENAFISCO e do Sindifisco Pernambuco Francelino Valença, que encomendou o estudo/Foto: divulgação

A Fenafisco alerta que o crescimento levanta preocupações sobre os impactos dessas concessões nas finanças públicas e no equilíbrio regional, e que o valor renunciado nem sempre se converte em crescimento e desenvolvimento. “Não temos dados consistentes que apontem os benefícios das renúncias para a população. Esses valores poderiam estar sendo investidos diretamente em políticas públicas, como infraestrutura, saúde e educação, por exemplo”, afirma Francelino Valença, presidente da Fenafisco, que encomendou o estudo. Ele afirma que as renúncias também não refletem na redução dos preços dos produtos de consumo, e que “a concessão exagerada desses benefícios desencadeou a guerra fiscal entre os entes federados, com repercussões negativas para toda a sociedade”.

Em fase final de aprovação no Congresso Nacional, a Reforma Tributária prevê a criação de fundos de compensação para empresas e estados que hoje dependem desses incentivos, além de transferir a tributação para o destino do consumo, em vez do local de produção, com o objetivo de diminuir os impactos das renúncias fiscais e promover um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões. “A Reforma Tributária, que deverá acabar com a guerra fiscal entre os estados, tem a previsão de entrar em funcionamento completo em 2033. Até lá, é necessário fazer uma revisão crítica e novas abordagens em relação às renúncias”, destaca Valença.

Top 3 da renúncia no Brasil

São Paulo e Rio de Janeiro concentram a maior parte das renúncias fiscais do país, com Minas Gerais em sexto lugar no ranking, fazendo com que a região Sudeste acumule cerca de 47% do total, liderada pelos paulistas. As regiões Sul e Centro-Oeste seguem a lista com 16% do total das renúncias. A região Nordeste participa com 11%, enquanto a Norte fica com 10%. O Amazonas se destaca no Norte, concentrando 82,36% das renúncias da região, influenciado pela Zona Franca de Manaus, sendo o terceiro estado a conceder mais renúncias, R\$ 12,1 bilhões, na estimativa de entre 2015 e 2025.

A estimativa média de renúncia de São Paulo é de R\$ 44,4 bilhões, do Rio de Janeiro, R\$ 12,7 bilhões. Goiás segue o Amazonas, ocupando o terceiro lugar (R\$ 11,9 bilhões) e Santa Catarina (R\$ 11,7 bilhões). No Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registram médias de R\$ 6,4 bilhões e R\$ 5,9 bilhões, respectivamente.

Bahia lidera no Nordeste

Na região Nordeste, a Bahia lidera com R\$ 4,7 bilhões em renúncias fiscais anuais. O Distrito Federal aparece na 12ª posição no ranking nacional, com um detalhado demonstrativo de renúncias fiscais. Pará, Rio Grande do Norte, Tocantins, Rondônia, Piauí, Amapá, Acre e Roraima, com renúncias fiscais inferiores a R\$ 1 bilhão, sendo Roraima o estado com o menor volume de renúncia.



Economista e professor Juliano Goularti/Foto: divulgação

O economista Juliano Goularti, autor do estudo em conjunto com a historiadora Talita Alves de Messias, destaca que a renúncia fiscal acaba reduzindo a receita pública para ações de financiamento públicos de serviços essenciais e gera déficits orçamentários quando mal planejada. Ele ressalta que a concessão desigual desses benefícios aprofunda as desigualdades regionais, além de impactar negativamente o emprego e a renda em áreas menos favorecidas.

Em 2023, a renúncia no Amazonas correspondeu a 61,87% da receita pública estadual. Outros estados com alta proporção de renúncia em relação à receita incluem Santa Catarina (46,68%), Mato Grosso (41,30%) e Goiás (33,93%). Em São Paulo, estado com o maior PIB do país, a renúncia

corresponde a 30,07% da receita total. O economista destaca que as renúncias fiscais são resultado de uma “longa trajetória de complexificação da estrutura tributária brasileira que possibilitou que as unidades federativas disputem a instalação e permanência de empresas dentro de sua zona de jurisdição”, e reforça que, dessa forma, “a guerra fiscal acaba por erodir as receitas dos estados sem garantir um real corpo de vantagens relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico”.

Para Goularti, a falta de transparência e de mecanismos robustos de avaliação dos resultados dificulta o controle orçamentário, o que incentiva a evasão fiscal e compromete a competitividade, ao favorecer desproporcionalmente grandes empresas. “A incapacidade de medir o retorno dos incentivos coloca em xeque a sua real efetividade”, conclui.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/10/2024

“H2V PODE DOMINAR O SETOR DA DESSALINIZAÇÃO E DEMOCRATIZÁ-LO”

Quinta e última matéria da série Desafios da infraestrutura para a nova economia

Por Patrícia Raposo

A transição para uma economia de baixo carbono é um dos maiores desafios e oportunidades do nosso tempo. E o hidrogênio verde (H2V) emerge como uma alternativa promissora para descarbonizar indústrias e promover o desenvolvimento sustentável. Neste cenário, o Brasil se consolida como um dos líderes globais em energia renovável, e o Nordeste como destino dos investimentos em H2V. A região é atrativa por dispor de energia eólica e solar em abundância.

Mas, por outro lado, problemas com cortes na transmissão de energia e escassez de água, como mostramos nesta série de reportagem, seguem desafiando os projetos, exigindo investimentos adicionais em infraestrutura para garantir sua oferta. Isso, no entanto, não parece ameaçar o fluxo de novos negócios na região.

Nesta entrevista, Luiz Viga, country manager da Fortescue no Brasil, empresa que tem um dos projetos mais avançados do H2V no país, explica porque mesmo tendo que gastar mais, os investidores continuam chegando ao Nordeste. Viga revela que durante a prospecção por localização, a Fortescue visitou cerca de 100 países até escolher o Brasil. “Somos a empresa que mais entende de hidrogênio no mundo”, ressalta, confiante na escolha feita.

Confira a entrevista.

Entrevista com Luiz Viga, Country Manager da Fortescue

Movimento Econômico: O Brasil virou destino de projetos de H2V. No caso da Fortescue, o que foi determinante para a escolha do país?

Luiz Viga: Na fase de prospecção, a Fortescue visitou cerca de 100 países e escolheu o Brasil. Somos a empresa que mais entende de hidrogênio no mundo. E vimos que a energia renovável é uma grande vantagem competitiva do Brasil. Agora será possível estocar energia, como dizia a Dilma Rousseff (risos). O Sistema Integrado do Brasil é um diferencial, pois tem mais de 90% de energia renovável no grid, o que garante certificação para o H2V. Pelos padrões europeus, quando você tem mais de 90% de energia renovável, considera-se que a rede é limpa. Na Europa, os carros elétricos são considerados “sujos” porque são abastecidos por energia fóssil. Usar o sistema integrado é a chave, mas também é uma preocupação, devido às interrupções que temos visto recentemente.

Movimento Econômico: Como avalia a complexidade dessa situação e seus impactos?

Luiz Viga: As interrupções, além de prejudicarem a empresa geradora de energia, traz insegurança jurídica, porque pode exigir renegociar contratos. Afinal, essa conta tem que ser paga por alguém. Quem opera é quem sente a insegurança. O problema é que temos vários encargos setoriais e é necessário fazer um “match” entre geração e consumo. Nosso setor tem conversado com o governo para rever essa situação e temos esperança de que isso se resolva, porque é uma situação que

afeta geradores, financiadoras e bancos. Há empresas geradoras que estão com dívidas altas junto aos bancos. O Brasil precisa assegurar essa grande vantagem competitiva que detém.

Movimento Econômico: Isso não tende a afetar o preço final do hidrogênio, retardando sua regressão?

Luiz Viga: O preço do hidrogênio pode ser afetado. No entanto, o Brasil possui uma fortaleza em energia renovável. Estudos de Harvard indicam que, com escala e grandes projetos, o custo do hidrogênio tende a diminuir, trazendo oportunidades para a indústria nacional. A instalação de um polo de H2V no Nordeste tende a atrair outras indústrias que buscam usar hidrogênio verde, como as do aço, de fertilizantes e dos combustíveis do futuro, como SAF e e-metanol, o que ajudará a adensar a cadeia. O H2V vai impulsionar uma industrialização verde.

Movimento Econômico: Qual tipo de energia vai predominar na planta da Fortescue no Pecém?

Luiz Viga: Planejamos usar eólica, solar e hidrelétrica, sendo esta última uma contribuição inicial. Porém, todo o crescimento será baseado em energia eólica e solar, conectados ao grid do sistema elétrico.

Movimento Econômico: Qual o plano B para o caso de problemas com entrega de energia?

Luiz Viga: A Fortescue está fazendo o projeto de engenharia de uma subestação, com investimentos de mais de 100 milhões de dólares, para doar ao governo. As empresas criam parte da infraestrutura e doam, o que é uma prática normal.



"O setor elétrico precisa ser revisto pelo governo", diz Luiz Viga

Movimento Econômico: Quais são os desafios enfrentados na nova revolução industrial trazida pela transição energética?

Luiz Viga: O setor elétrico precisa ser revisto pelo governo, pois estamos vivendo um momento diferente do passado. Projetos de data center e hidrogênio verde são enormes e mudarão a forma como consumimos energia. Precisamos superar desafios para que esses projetos sejam viáveis. O planejamento da transmissão precisa ser revisto pelo governo federal, pois atualmente o ciclo que envolve o planejamento do leilão, sua realização e a entrega da energia leva entre 7 e 8 anos. Temos 40 MOUs e não há conexão? Isso requer uma mudança de paradigma. Já temos uma defasagem e, para o Brasil aproveitar essa nova onda industrial, precisaremos de uma nova maneira de planejar e entregar. Essa é a nova revolução industrial trazida pela transição energética, e quem chega primeiro bebe água mais limpa.

Movimento Econômico: Por falar em água, ela também é um desafio para o negócio. Afinal o Nordeste é uma região que enfrenta historicamente ciclos de estiagem...

Luiz Viga: Temos preocupação com as comunidades e em não tirar água da população, pois isso seria um impeditivo para investirmos aqui. Fomos agraciados com a dessalinização, com uma planta lá no Ceará, e estamos tentando, junto com o governo do estado, reusar o esgoto de Fortaleza. Isso poderia ser um diferencial no projeto. O governo poderia nos vender essa água de reuso. Eles estão fazendo investimentos na infraestrutura e firmaram PPPs com a iniciativa privada nesta direção. A dessalinizadora foi um investimento deles. Israel já utiliza água dessalinizada para agricultura. Há muitas áreas no Nordeste que precisam de água, e seria bom ter previsibilidade. Teremos um efeito colateral positivo, pois essa indústria do H2V pode dominar o setor da dessalinização e democratizá-lo. É crucial que o governo, as empresas e a sociedade se unam para enfrentar esses desafios. O Brasil tem tudo para se tornar um líder em hidrogênio verde, mas é preciso agir agora para garantir que essa revolução energética seja sustentável e beneficie a todos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/10/2024

GIGA + COMPRA ATEX TELECOM PARA EXPANDIR SUA ATUAÇÃO NO MARANHÃO

Por Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Dona da Giga+, a Alloha Fibra tem sua sede em Mauá, na Grande São Paulo. A empresa passa a ser a terceira operadora no Maranhão. Foto: Alloha Fibra/Divulgação

Conhecida com o nome de Giga + no Nordeste, a holding de provedores de banda larga Alloha comprou a provedora Atex Net Telecom, terceira maior player no mercado do Maranhão. A Atex tem 64,3 mil clientes de banda larga fixa naquele Estado, enquanto a Alloha tem 6,6 mil clientes. Este mercado vai continuar tendo aquisições, o que

contribui para formar empresas de porte médio ou grande atendendo as pequenas cidades, segundo o presidente da Teleco Consultoria, Eduardo Tude.

“Como tem muitos provedores, isso vai continuar acontecendo. É um processo de consolidação, em que uma compra a outra. E aí os provedores vão crescendo, ficando maiores e comprando as menores”, explica Eduardo. O Nordeste tem 2515 Prestadores de Pequeno Porte (PPPs) de banda larga fixa que juntos atendem a 5.996.491 clientes. A maioria destes PPPs têm menos de cinco mil clientes.

No Nordeste, os Estados que têm uma atuação maior destes pequenos provedores são Ceará, Bahia e Pernambuco, três dos Estados com maior população. Segundo Eduardo, “isso ocorre porque as grandes operadoras se concentram nas cidades maiores. E nas cidades menores, com menos de 100 mil habitantes quem fez a rede e quem atende são os PPPs. Você vai numa cidade com menos de 30 mil habitantes, e só tem eles. E isso aconteceu no Brasil inteiro”.

Ainda de acordo com Eduardo, esse processo de aquisições e expansão já fez surgir algumas gigantes que oferecem este serviço também em pequenas cidades, como a própria Alloha, a Brisanet, a Vero, que atua mais no Sul, e a Desktop, que atende em São Paulo. “Todas, estão chegando ou ultrapassando o patamar de mais de um milhão de clientes”, comenta Eduardo. “A Alloha nasceu comprando um monte de empresas”, comenta.



O presidente da Teleco, Eduardo Tude, comenta sobre o mercado dos Pequenos Prestadores de Serviço na área de telecom. Foto: Divulgação

Giga+ e o mercado do Maranhão

Com a aquisição da Atex, a Alloha, dona da Giga +, passa a ocupar a terceira posição no mercado maranhense com 70,9 mil acessos. Com isso, a Alloha sai de um total de 1,59 milhão de assinantes para 1,65 milhão de assinantes. A compra foi aprovada pelo Cade, mas não foram revelados valores.

A Alloha surgiu, em 2018, na cidade do Carmo, interior do Estado do Rio de Janeiro. Em 2020, consolidou a presença nos mercados das regiões Norte e Nordeste com a aquisição da Mob Telecom. E um ano depois, concluiu 11 aquisições relevantes, envolvendo as marcas Wirelink, Vip, Click, Univox, Ligue e Niufibra, o que fez a empresa, na época, passar a ter mais de 1,1 milhão de residências conectadas em 254 cidades, localizadas em 20 Estados.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/10/2024

POR R\$ 675 MI, PECÉM TERÁ AMPLIAÇÃO PARA CARGAS DA TRANSNORDESTINA E H2V

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

O Porto de Pecém terá investimento de aproximadamente R\$ 675 milhões (US\$ 135 milhões) para projeto de expansão. A ampliação envolverá a construção do 11º berço para navios no ancoradouro, mais especificamente no Terminal de Múltiplas Utilidades (TMUT). As obras serão executadas já visando o aumento de atividades portuárias, buscando também apoiar a cadeia de hidrogênio verde no Complexo do Pecém.



O TMUT do Porto de Pecém opera atualmente entre os berços de 5 a 10, podendo receber navios cargueiros de 366 metros com capacidade de até 140.000 TPB (Toneladas por Porte Bruto). Foto: Complexo de Pecém/Divulgação

A construção será feita com uma licitação que prevê 40 meses de duração e o projeto faz parte do programa Pecém Verde, com financiamento do Banco Mundial, do Climate Investment Fund (CIF)

e ainda da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP S/A), que administra o Porto do Pecém. O TMUT opera com granel sólido, carga geral containerizada e não containerizada.

O aviso de licitação internacional foi assinado na quarta-feira (23) pelo governador Elmano de Freitas e já foi publicado no Diário Oficial do estado. No evento também estiveram presentes o secretário do Desenvolvimento Econômico, Salmite Filho; o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo; e a vice-presidente do Complexo do Pecém, Rebeca do Carmo.

Esse será o primeiro projeto de expansão do porto tratando desta licitação internacional, que tem como plano a criação de um novo berço no TMUT para receber novos navios e suportar a expansão de carga que se espera futuramente

“É um investimento importante para ampliar a capacidade do nosso Porto, pois estamos organizando-o e preparando-o para o aumento de cargas que teremos a partir da conclusão da Transnordestina, que está prevista para o fim de 2026 ou começo de 2027. E ao mesmo tempo, preparar o nosso Porto do Pecém para a nova indústria de hidrogênio verde, que estamos trabalhando para construir no Ceará”, explicou Elmano de Freitas.

“Esse investimento representa um maior crescimento econômico do estado e quando falamos disso também falamos de mais oportunidade de emprego e trabalho, mais oportunidades para as empresas cearenses venderem seus produtos. Portanto, vai aumentando a oportunidades para o nosso povo”, complementou o gestor cearense.

Ampliação de Pecém concluída em 2028

As obras estão previstas para se iniciarem no segundo semestre de 2025 e que sejam concluídas em 2028. “No curto prazo, de 2026 a 2028, a movimentação média de cargas deverá aumentar em quase 10%, tanto pelas cargas para a cadeia de valor da produção de hidrogênio verde, como pela necessidade de importação de eletrolisadores e equipamentos solares e eólicos para produção renovável. No médio prazo, após 2028, esperamos que a carga aumente ainda mais devido à conexão do Porto com a Transnordestina. Essa a movimentação deve crescer 48% em 2028 e atingir um máximo de 140% após 2040”, detalhou o presidente do complexo.

O processo de seleção da licitação consistirá inicialmente com uma pré-qualificação, seguindo as regras e critérios do Banco Mundial, que selecionará entre três e seis empresas ou consórcios para receberem o edital de licitação. Já a próxima fase será a de apresentação das propostas técnicas e financeiras das empresas, que serão avaliadas com pesos diferentes, sendo 30% para a técnica e 70% para o preço.

De acordo com os gestores do Complexo, no quesito da experiência técnica será preciso apresentar pelo menos dois contratos similares concluídos de forma satisfatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Além disso, será necessário apresentar ao menos dois contratos comprovando experiência mínima em design e construção, cada um com valor mínimo de US\$ 80 milhões.

Outra exigência da licitação é seguir os requisitos socioambientais constantes na seleção, como gestão da mão de obra, condições de trabalho, promoção de mulheres em cargos de liderança, e Plano Básico Ambiental (PBA).

O Complexo do Pecém é um conjunto de 19 mil hectares composto por área industrial, porto e Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Além disso, também abriga os primeiros projetos de hidrogênio verde (H2V) no país.

Com dois píeres, um terminal de múltiplas utilidades e 10 berços para receber navios, o Porto de Pecém demonstra um crescimento constante e movimentou mais de 17 milhões de toneladas por ano. No primeiro semestre de 2024 o porto registrou um aumento de 17% de carga movimentada em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Com informações do Governo do Ceará

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 25/10/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS PUBLICADA PAUTA DA 575ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA

A reunião, que iniciará na próxima terça-feira (29), será virtual e terá a duração de 48 horas

Brasília, 25/10/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realiza a sua 575ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 14h de 29 de outubro até às 17h do dia 31 de outubro.

Nesta modalidade cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões.

Confira a pauta da 575ª Reunião Ordinária de Diretoria

<https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/atas-e-pautas-das-reunioes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 25/10/2024

EDITAL DE LEILÃO DOS TRÊS TERMINAIS PORTUÁRIOS, QUE SERÃO LEILOADOS EM 18 DE DEZEMBRO, É PUBLICADO

O certame vai abranger os terminais ITG02, em Itaguaí (RJ), MCP03, em Santana (AP), e MAC16, em Maceió (AL)

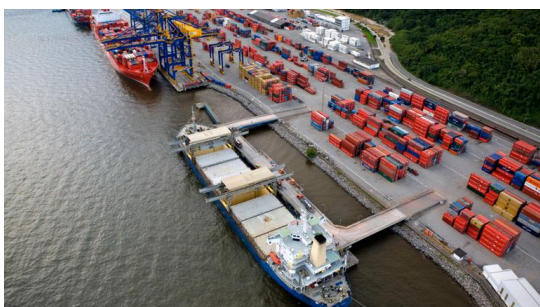


Foto: Porto de Itaguaí (RJ)

Brasília, 24/10/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicou, nesta quinta-feira (24), no Diário Oficial da União, o edital de leilão dos três terminais portuários que serão leiloados em 18 de dezembro.

Entre as áreas arrendadas estão o ITG02, no Porto de Itaguaí (RJ), o MCP03, no Porto de Santana (AP), e o MAC16, localizado no Porto de Maceió (AL). O certame vai acontecer na B3, em São Paulo (SP), e será transmitido pelo canal da ANTAQ no YouTube.

Sobre a licitação

De acordo com os estudos, o valor total a ser investido nessas três áreas chega a R\$ 3,62 bilhões. O MAC16 é destinado a movimentação e armazenagem de granéis sólidos em geral com previsão de investimentos de R\$ 6,18 milhões ao longo dos cinco anos do contrato.

O MCP03 vai movimentar e armazenar granéis sólidos vegetais. O contrato, com prazo de 25 anos, prevê investimentos de R\$ 88,89 milhões. Por sua vez, o terminal com maior previsão de investimentos, R\$ 3,53 bilhões, é o ITG02. A área é destinada a movimentação de granel sólido mineral e o prazo é de 35 anos.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 25/10/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PRESIDENTE DA TAP E SILVIO COSTA FILHO ANUNCIAM RETOMADA DE VOOS DA EMPRESA PARA O RIO GRANDE DO SUL

As vendas das passagens para o RS começam já em dezembro. A empresa também anunciou a ampliação de novos voos para 2025 e uma nova rota de Lisboa para Manaus, a partir do próximo dia



Equipes do MPor e da TAP - Foto: Ascom MPor

Na tarde desta sexta-feira (25), em Lisboa, o ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, reuniu-se com representantes da TAP, a companhia de aviação civil portuguesa. O encontro destacou a importância estratégica de manter as rotas aéreas entre Brasil e Portugal, mesmo em um eventual período de privatização da empresa.

“Tivemos a oportunidade de reunir estas duas visões dos dois lados do Atlântico, Brasil e Portugal, e o governo português deixou muito claro que, em qualquer processo de privatização da TAP, o objetivo estratégico é manter todas as rotas que, hoje, são um ativo muito importante para a empresa. “, afirmou o ministro.

Costa Filho enfatizou também a relevância do diálogo institucional entre os dois países e a TAP, especialmente para o turismo de negócios e lazer. “Para a relação entre brasileiros e portugueses, essa integração é fundamental. Quero agradecer o compromisso de que, mesmo com a privatização, os voos para o Brasil serão mantidos,” acrescentou.

O ministro anunciou uma novidade para a aviação nacional: no dia 4 de novembro, ocorrerá o primeiro voo da TAP de Lisboa para Manaus. “Estamos muito felizes com essa notícia. A TAP vai ampliar cada vez mais suas operações para o norte do Brasil, começando por Manaus, dada a importância do turismo para essa região,” declarou Costa Filho. Ele também informou que, em janeiro, as vendas de passagens do Rio Grande do Sul para Portugal serão retomadas no mês de dezembro. “Essa é uma construção coletiva essencial para fortalecer o turismo de negócios e lazer em toda a região Sul do país.”

O CEO da TAP, Luís Rodrigues, confirmou a data do voo e expressou sua satisfação. “Confirmamos absolutamente o voo para Manaus no dia 4 de novembro. Terei o prazer de estar nesse voo e espero ver meus amigos em Manaus,” disse. Rodrigues também celebrou o sucesso dos novos voos para Florianópolis, lançados em setembro. “Foi uma das rotas com vendas mais rápidas que tivemos no

Brasil. Isso mostra que há muito potencial para crescer e explorar tanto em Portugal quanto na Europa.”

Luís Rodrigues garantiu que, apesar da retomada dos voos do Rio Grande do Sul, as operações para Florianópolis permanecerão. “Nosso objetivo agora é ampliar cada vez mais a presença da TAP no Brasil ao longo de 2025, com muitas boas notícias pela frente,” afirmou.

O secretário Nacional de Aviação, Tomé Franca, afirmou que “os novos voos são frutos do empenho do governo federal em garantir que cada vez mais brasileiros possam viajar de avião, tanto pelo Brasil quanto para destinos internacionais”. Ele também ressaltou a importância do setor aéreo para a movimentação da economia.

Atualmente, a TAP opera entre 84 e 95 voos semanais entre Brasil e Portugal. Em 2023, a média mensal foi de 208.117 passageiros nas rotas, com um pico de 230.047 passageiros em julho. De janeiro a agosto de 2024, essa média aumentou para 220.688, com um novo recorde de 244.074 passageiros em julho.

Sobre a relação financeira entre a TAP e a brasileira Azul, Silvio Costa Filho se reuniu na quinta-feira (24) com o ministro da Infraestrutura e Habitação de Portugal, Miguel Pinto Luz. Eles concordaram que esse é um tema de natureza jurídica e empresarial, que deve ser abordado nesse contexto.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 25/10/2024

SILVIO COSTA FILHO VISITA PORTO DE LISBOA E FALA EM PARCERIAS PARA AUMENTAR A CAPACIDADE E COMPETITIVIDADE DOS TERMINAIS BRASILEIROS

Ministro conheceu o sistema de informações e conversou com o presidente do Porto sobre acordos de cooperação



Ministro Silvio Costa Filho encontrou-se no Porto de Lisboa com o presidente do terminal, Carlos Correia - Foto: Divulgação/MPor

Em seu último dia de visita oficial a Portugal, nesta sexta-feira (25), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, encontrou-se no Porto de Lisboa com o presidente do terminal, Carlos Correia. Durante o encontro, discutiram parcerias entre os governos brasileiro e português, além de acordos de cooperação entre os portos dos dois países.

Ao visitar as instalações, o ministro conheceu o sistema de informações da Comunidade Portuária e se reuniu com a equipe que administra o Porto de Lisboa. O objetivo foi trocar experiências sobre o funcionamento portuário e discutir capacitação e qualificação para aumentar a competitividade.

“Queremos trabalhar conjuntamente, fazer acordos de cooperação técnicas, a exemplo de outros portos no Brasil, para transformar o Porto de Lisboa num Hub de escoamento da produção brasileira. Estamos buscando parcerias na área de governança, de sustentabilidade e, sobretudo, buscando essa interlocução para somar esforços e aumentar cada vez mais a produtividade no escoamento da produção do Brasil e aqui de Portugal”, destacou o ministro.

Carlos Correia, ao receber o ministro, enfatizou a relevância de estabelecer parcerias e fortalecer o relacionamento bilateral entre os portos dos dois países. “O Brasil é um mercado muito interessante, e estabelecer essas parcerias é crucial para nós”, afirmou. Ele também ressaltou que a visita do ministro foi fundamental para abrir novas oportunidades de colaboração.

“Estamos contentes com esta oportunidade de trocar impressões, de apresentar ao senhor ministro qual é a nossa estratégia de desenvolvimento e estamos muito expectantes nesta abertura que ele nos traz, de fato, incentivar estas parcerias e este relacionamento bilateral entre o Porto de Lisboa, os portos brasileiros e com o Brasil em geral”, destacou.

O Porto de Lisboa é um dos principais terminais de Portugal e da região. Localizado na foz do Rio Tejo, onde se encontra com o Oceano Atlântico, o porto é responsável pelo transporte de cerca de 19 milhões de passageiros (fluviais e marítimos) por ano, possuindo 16 terminais de carga e um terminal de cruzeiros. Atualmente, o Porto de Lisboa representa 70% do movimento de exportação e importação de Portugal, atuando principalmente com granéis sólidos, que correspondem a 70% de sua operação. Em 2023, o porto recebeu 1.682 navios de carga, transportando 11,3 milhões de toneladas em mercadorias e contribuindo com 2% do PIB português.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 25/10/2024

MPOR E ASSOCIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS PRIVADOS FIRMAM ACORDO POR POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NO SETOR

Pauta é estratégica para a construção de políticas públicas para o setor portuário brasileiro e mundial

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) firmaram, nesta quinta-feira (24), em Brasília, um acordo de cooperação técnica visando promover uma política de sustentabilidade e inovação no setor. A declaração foi assinada durante o 11º Encontro ATP - Transição Energética no Transporte Marítimo.



Secretária-Executiva do Ministério, Mariana Pescatori, assinou acordo de cooperação técnica com a Associação de Terminais Portuários Privados - Foto: Sérgio Francês/MPor

Com a assinatura, as duas partes concordam em compartilhar dados e informações para a construção da Política de Sustentabilidade, colaborar na elaboração de estudos e relatórios técnicos sobre melhores práticas e inovações sustentáveis aplicáveis ao setor e realizar consultas e audiências públicas para o desenvolvimento do documento. O prazo de vigência do Acordo de Cooperação Técnica será de dois anos, contados a partir da data de

assinatura, podendo ser prorrogado pelo mesmo período com o uso de um termo aditivo.

A descarbonização do transporte marítimo é prioridade no debate global. Atualmente, o modal é responsável por 3% das emissões globais de Gases do Efeito Estufa (GEE) em todo o mundo. A Associação destacou que a proposta do 11º Encontro ATP é discutir o tema com autoridades dos segmentos público e privado, mostrando as ameaças e oportunidades da transição energética para os terminais portuários brasileiros.

O ministro Silvio Costa Filho, que está em missão internacional na Europa, enviou mensagem de vídeo para o evento e afirmou que está animado com os investimentos públicos e privados nos portos do país, e com os investimentos das grandes operadoras internacionais que estão chegando.

“A expectativa é de que o setor portuário cresça mais de 5%, gerando emprego e renda, movimentando a economia e colocando os portos brasileiros na agenda da globalização mundial”, comemorou o ministro, que afirmou ainda que a pauta da sustentabilidade e da transição energética é uma prioridade do MPor. “A descarbonização dos nossos portos, a priorização dos navios verdes e a agenda da sustentabilidade entraram na ordem do nosso governo. Vamos trabalhar juntos por isso.”

Representando o Ministério na cerimônia de assinatura, durante o 11º Encontro ATP, a secretária-Executiva, Mariana Pescatori, destacou a urgência de trazer a transição energética no transporte marítimo para o centro do debate. "A ocasião não poderia ser mais oportuna tendo em vista que 2024 está sendo um ano muito difícil, no qual temos tido repetidos exemplos dramáticos dos efeitos da Mudança do Clima, em todas as regiões do País, em especial no Sul, com a tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul, no Centro-Oeste, Sudeste e no Norte, com a forte estiagem", explicou.

A Secretária também classificou essa nova política como uma oportunidade de inovação e de novos negócios e não como uma ameaça aos portos e afirmou que o futuro dos portos é verde, "um porto capaz de oferecer várias alternativas de energéticos verdes para os navios e embarcações de apoio portuário, tanto de longo curso, quanto de cabotagem", explicou.

Pescatori reforçou a necessidade de planejamento em todos os níveis, que é preciso estar preparado com medidas efetivas, para que os eventos climáticos não causem prejuízos tão grandes e necessitem de investimentos maiores do que o país está preparado. "Vamos precisar investir muito no Brasil, investimentos públicos e privados, e financiamentos para que possamos, efetivamente, fazer com que nossas infraestruturas se adaptem. Precisamos olhar para a infraestrutura como um todo, da produção para os transportes, precisamos de modalidades mais eficientes. Cada vez mais precisamos migrar no transporte, aumentar a cabotagem", finalizou.

Para o diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviário, Eduardo Nery, o Brasil está preparado para essa transição energética, importante para todos os setores, e enumerou a agenda ambiental da agência. "Estamos fazendo estudos voltados para o diagnóstico da transição energética, como está a capacidade de suprimento de energia elétrica".

O diretor-presidente da ATP, o almirante Murilo Barbosa, destacou a importância desse debate entre o governo e a iniciativa privada e reforçou o compromisso de continuar a trabalhar pelas oportunidades e inovação para uma transição energética no transporte marítimo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 24/10/2024

PROJETOS DE CONCESSÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS E FORTALECIMENTO DA AVIAÇÃO INTERNACIONAL SÃO DESTAQUES EM REUNIÃO BILATERAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Em reunião com o governo Português, Silvio Costa Filho apresenta o plano brasileiro para expansão do acordo comercial entre os dois países



Durante missão oficial em Portugal, ministro Silvio Costa Filho apresenta oportunidades de investimentos para o Brasil

O plano estratégico nas áreas portuárias e aeroportuárias foi o principal foco da reunião realizada nesta quinta-feira (24) entre o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o da Infraestrutura e Habitação de Portugal, Miguel Pinto Luz. O encontro, ocorrido em Lisboa, também serviu para reforçar os laços comerciais entre o Brasil e o país Luso. A reunião faz parte de uma série de agendas que a comitiva da pasta de Portos

e Aeroportos vai cumprir no país europeu, um dos principais investidores no Brasil e com grande potencial para aumentar o capital aplicado em terras brasileiras.

O ministro brasileiro ressaltou que é "sempre muito bom poder dialogar com o governo português, falar sobre as oportunidades de negócios entre os dois países e apresentar a carteira de

investimento dos leilões que nós vamos fazer nesses próximos 30 meses". Segundo ele, existe um campo comercial muito favorável para que as empresas de ambas as nações possam potencializar os recursos aplicados, beneficiando as economias. "Nosso foco é promover um ambiente de negócios eficiente, seguro e transparente para empresários que desejam investir no Brasil", destacou.

Silvio Costa Filho afirmou que o Governo Federal conta com um amplo e ambicioso programa de concessões ligadas aos setores portuário e hidroviário. Algumas dessas oportunidades já foram objeto de parcerias público-privadas com empresas portuguesas. O encontro serviu também para tratar sobre a ampliação de voos comerciais entre os dois países. Com quase 2 milhões de passageiros transportados, Portugal é o país europeu com maior movimentação de viajantes. O número corresponde a 32% de turistas que viajam para o exterior.

Para aumentar o fluxo de turistas, o governo brasileiro se mostrou favorável em ampliar a conectividade entre Brasil e Portugal. Nesse contexto, o Brasil tem acompanhado o pedido de companhia aérea brasileira para aumentar o número de slots no Aeroporto Internacional de Lisboa, principal do país. A iniciativa visa expandir a atuação em empresas brasileiras em território português, contribuindo significativamente para o fortalecimento das relações bilaterais e ampliando as opções de conectividade entre as nações, o que beneficiará tanto o comércio quanto o turismo.

No âmbito da gestão portuária, os dois governantes consideraram prioritário e de comum interesse potencializar o reforço das ligações entre os dois países por meio do modal marítimo, tendo sempre como compromisso cumprir os princípios da sustentabilidade, digitalização e formação como vetores de orientação desta colaboração.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 24/10/2024

NOVAS CONCESSÕES DE PORTOS VÃO GARANTIR R\$ 3,6 BI EM INVESTIMENTOS

Leilão de terminais portuários em Maceió (AL), Porto de Santana (AP) e Itaguaí (RJ) promete impulsionar a economia



- Foto: Divulgação

O Governo Federal publicou, nesta quinta-feira (24), os editais para o leilão dos terminais MAC16, localizado no Porto de Maceió (AL), MCP03, no Porto de Santana (AP), e ITG02, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Estão previstos investimentos totais de cerca de R\$ 3,6 bilhões.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, "os leilões realizados e os previstos evidenciam o imenso potencial do Brasil para a movimentação internacional de cargas. Isso significa mais economia, emprego e renda para a população", esclareceu o ministro Silvio Costa Filho.

Leilão Nº 09/2024-ANTAQ - ITG02

O terminal ITG02 tem uma estimativa de investimentos na ordem de R\$ 3,58 bilhões nos primeiros anos de contrato e capacidade para movimentar 20 milhões de toneladas por ano. Entre os benefícios econômicos e sociais, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) aponta que serão gerados cerca de 2.800 empregos indiretos durante as obras de implantação. Na fase de operação, estima-se a criação de mais de 250 empregos diretos e 1.800 indiretos. A área será destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido mineral, especialmente minério de ferro.

"A geração de receita, renda e emprego é extremamente vinculada ao setor portuário, principalmente quando temos novos investimentos. Quando temos novos investimentos nos portos, temos obras, empresas terceirizadas, de apoio, de coleta de resíduos, de refeições. E quando os

empreendimentos ficam prontos, entramos na fase operacional responsável por gerar novos empregos e movimentar toda a economia”, explicou o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila.

Leilão Nº 07/2024-ANTAQ - MAC16

Para garantir a operação do MAC16, estima-se um investimento direto na ordem de R\$ 6,18 milhões. Por se tratar de um arrendamento simplificado com prazo de cinco anos, foi dispensada a realização de audiência e consulta públicas. A área vai movimentar e armazenar granéis sólidos em geral. O estudo inicial previa apenas a movimentação de granéis sólidos minerais, especialmente concentrado de cobre, mas essa diretriz foi ajustada junto ao Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto, a fim de aumentar a atratividade do terminal.

Leilão Nº 08/2024-ANTAQ - MCP03

O MCP03, por sua vez, tem previsão de investimento de R\$ 88,89 milhões ao longo dos 25 anos do contrato. A área é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente soja e milho. O terminal passou pelo processo de audiência e consulta pública em agosto do ano passado. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) foi elaborado pela Infra S.A. e aprovado pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 24/10/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

IDOSOS E PCDs PODEM EMITIR, A PARTIR DESTA SEXTA (25), CREDENCIAL DE ESTACIONAMENTO VIA APLICATIVO CARTEIRA DIGITAL DE TRÂNSITO E PORTAL DA SENATRAM

Documento, que antes precisava ser impresso para exibição no painel do veículo, passa a ser digital



Idosos e PCDs agora podem emitir credencial digital de estacionamento exclusivo - Foto: Eduardo Cysne/MT

Mais de 16 milhões de pessoas acima de 60 anos que possuem, ou possuíram, carteira de habilitação, passam agora a contar com a versão digital da credencial de estacionamento exclusivo. A facilidade fica disponível a partir desta sexta-feira (25), no aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).

Além dos idosos, a medida beneficiará cerca de 3,4 milhões de PCDs, cadastrados na base do Registro de

Referência da Pessoa com Deficiência.

A adesão da população ao benefício deve aumentar consideravelmente a partir desta sexta-feira (25), com o lançamento da emissão digital do documento. A credencial, que antes era emitida via estados e municípios e precisava ser impressa para exibição no painel do veículo, agora passa a ser digital e terá validade em todo o território brasileiro.

O processo é totalmente online, sem a necessidade de deslocamentos e o beneficiário poderá optar pela versão impressa (por meio do Portal da Senatram) ou digital (via app da CDT).

“A gente está trabalhando todos os dias para inserir mais e mais serviços para facilitar a vida do cidadão, ampliar as facilidades e diminuir a burocracia”, explica o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

COMO SOLICITAR A CREDENCIAL ?

A credencial de estacionamento digital para uso de vagas reservadas a idosos e pessoas com deficiência pode ser solicitada pelo Portal de Serviços Senatran e pelo aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT).

Quem pode solicitar?

Todos os 16,7 milhões de idosos que possuem habilitação para dirigir no Brasil podem solicitar a credencial.

No caso de PCD's, todos os cadastrados na base do Registro de Referência da Pessoa com Deficiência.

Veja abaixo o passo a passo

Via Carteira Digital de Trânsito (CDT)

01. **Acesse e atualize o aplicativo CDT** no seu celular, utilizando a sua conta gov.br. É necessário possuir o selo Prata de segurança
02. Leia o termo de responsabilidade e Política de Privacidade e confirme
03. **Acesse a opção 'Condução'** e selecione a opção 'Credencial de Idosos' ou 'Credencial de Pessoa com Deficiência'
04. **Acione a opção 'Emitir credencial'**
05. **Selecione a opção 'Li e concordo com os termos e condições'** e, em seguida, clique em 'Emitir credencial de Idoso'
06. **Pronto!** A sua credencial estará ativa, sem a necessidade de impressão.

Para vincular a credencial ao meu veículo

01. **Acione a opção 'Vinculo da credencial a veículo'** e, em seguida, 'Vincular ao meu veículo'
02. Serão listados os veículos em sua propriedade e você poderá selecionar qual o desejado para vincular ao documento. Confirme todas as etapas.
03. **Pronto!** A sua credencial estará ativa, sem a necessidade de impressão

Para vincular a credencial a veículos de terceiros

01. **Acione 'Vinculo da credencial a veículo'** e, em seguida, 'Solicitar vinculo a veículo de terceiro'
02. Haverá um campo para incluir a placa do carro e o CPF do proprietário. O proprietário será notificado e precisará autorizar a ação
03. **Pronto!** A sua credencial estará ativa, sem a necessidade de impressão

Via Portal da Senatran

01. **Acesse o Portal de Serviços da Senatran** portalservicos.senatran.serpro.gov.br/#/home
02. **Selecione a aba 'Portal de Serviços'**, depois 'Emissão de Credencial'
03. **Clique em 'Usuário', 'Credencial de Estacionamento'** e em 'Prosseguir'
04. **Leia os termos e condições** e confirme
05. **Pronto!** A sua credencial será emitida e deverá ser impressa

Fiscalização

A autorização estará vinculada à placa do carro e poderá ser consultada pelos agentes de fiscalização de trânsito. Em caso de descumprimento das regras, o responsável estará sujeito a multas e sanções.

Essa é mais uma iniciativa da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). Ação alinhada às diretrizes da Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027, que busca promover a digitalização dos serviços públicos, com foco no cidadão.

O documento, que antes tinha validade de 5 anos, agora será vitalício para os idosos. No caso de pessoas com deficiência, a autorização será mantida enquanto constarem na base do Registro de Referência da Pessoa com Deficiência.

Para o uso da versão digital, só é possível vincular a credencial a um único veículo, que poderá ser alterado a qualquer momento.

“Você vai usar o aplicativo para cadastrar o veículo que você está usando na hora, isso é muito importante, porque vai garantir ao cidadão mais efetividade desse direito. Você vai poder usar em um veículo, depois em outro, e isso tudo usando o aplicativo da Carteira Digital de Trânsito”, conclui Aduardo Catão.

“Essa é uma novidade que tem o poder de beneficiar direta e imediatamente dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras”, afirma Diego Migliavacca, gerente de Soluções Digitais para Trânsito do Serpro.

Isidro dos Santos Monteiro, gerente de Soluções Digitais para Trânsito do Serpro, explica que os agentes de trânsito e policiais têm um aplicativo de fiscalização que permite verificar, por meio da placa ou do seu QR Code, se existe uma credencial vinculada ao veículo estacionado.

Em caso de descumprimento das regras, o responsável estará sujeito a multas e sanções. A infração, classificada como gravíssima, resulta na adição de 7 pontos à CNH e na aplicação de uma multa de R\$ 293,47, além da remoção do veículo.

“O uso da credencial digital será cada vez mais frequente e se tornará a regra no país em bem pouco tempo”, completa Isidro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 25/10/2024

NA EUROPA, RENAN FILHO REAFIRMA BANDEIRA DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES COMO POLÍTICA DE ESTADO

“A gente apresenta hoje a mais arrojada carteira de investimentos rodoviários por concessão do mundo”, afirmou o ministro em Londres; missão internacional se encerra nesta sexta (25)



Renan Filho reafirmou o compromisso com investimentos em infraestrutura de transportes como uma prioridade de Estado. - Foto: Marcio Ferreira/MT

Uma dezena de reuniões bilaterais e duas grandes apresentações - em Madri e Londres - para os maiores fundos de investimento e operadores de infraestrutura do mundo, marcaram a semana do ministro Renan Filho. Ele liderou uma comitiva responsável por apresentar a potente carteira de projetos do Ministério dos Transportes (MT) aos investidores estrangeiros.

“O Brasil é um país de instituições sólidas democráticas, um país que deseja atrair investimento privado para fortalecer a infraestrutura. O que nós oferecemos aqui, antes de tudo, são projetos rentáveis”, afirmou Renan Filho nesta sexta-feira (25), em Londres.

Na capital do Reino Unido, o destaque da agenda foi uma reunião com 40 participantes, entre bancos nacionais com representação na Inglaterra e fundos de investimento sediados na Europa, interessados em investir em infraestrutura.

“Hoje temos a maior carteira de concessões rodoviárias do planeta, nenhum país tem a quantidade de projetos que o Brasil está oferecendo à iniciativa privada”, afirmou o ministro.

Recolocando o investimento em infraestrutura como política de Estado, Renan Filho apresentou aos investidores estrangeiros oportunidades que totalizam R\$195 bilhões nos próximos anos.

Jon Phillips, CEO da Global Infrastructure Investor Association (GIIA), que representa 85 dos principais investidores em infraestrutura do mundo como, por exemplo, a BlackRock, elogiou a carteira apresentada por Renan Filho.

“Dezessete membros nossos já têm ativos no Brasil. Agradeço por antecipar a apresentação de um pipeline de oportunidades”, disse ele.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, que integra a missão, “quando se traz operadores internacionais, há uma qualificação do processo, que pode trazer experiências e soluções tecnológicas novas para o Brasil, o que é muito positivo”.

Anunciar e realizar

De 2023 até o fim de 2024 o Ministério dos Transportes terá realizado 11 leilões de concessões rodoviárias, com aporte de R\$74,2 bilhões. Uma prova do poder de atratividade dos projetos rodoviários brasileiros é a entrada do grupo francês VINCI Highways SAS, que venceu a disputa pela concessão da BR- 040/GO/MG, no mês passado. A empresa, que opera em mais de 120 países, é estreada em certames rodoviários no Brasil.

“Quando assumi o ministério, nós enfrentamos um desafio de intensificar essa agenda e tivemos muita dificuldade. Primeiro foi preciso dialogar com o mundo, elaborar uma carteira e construir os projetos e hoje estamos com um volume totalmente diferente. Além de fazer 35 leilões, nós vamos otimizar 14 contratos. Isso é uma mudança de postura muito grande”, resumiu o ministro Renan Filho.

Até junho deste ano já foram investidos pelas concessões de rodovias vigentes R\$5,14 bilhões, uma prova do aumento dos investimentos privados em relação aos últimos anos. O apetite das concessionárias pela carteira do Ministério dos Transportes é resultado de projetos bem estruturados, com segurança jurídica, previsibilidade, sustentabilidade e com rentabilidade proporcional ao risco.



“O nosso interesse é ampliar a competição e entregar as infraestruturas, independentemente de quem for fazer essas entregas. É preciso avançar para diminuir custos e destravar a logística brasileira, defendeu George Santoro.

Roadshow

A agenda da comitiva do Ministério dos Transportes na Europa, que teve início na última segunda (21), termina nesta sexta-feira (25). Essa é a terceira missão internacional de representantes da pasta neste ano.

Em março, Renan Filho já tinha passado pela Espanha - segundo maior investidor do Brasil -, e em maio os projetos foram apresentados a grandes investidores americanos, em Nova Iorque (EUA).

“Faz parte do nosso trabalho, além de fazer um bom projeto, percorrer o mundo a fim de garantir mais competitividade nos nossos leilões, atrair investimento internacional, porque isso certamente ajuda no desenvolvimento da nossa infraestrutura e no próprio desenvolvimento do país”, finalizou o ministro dos Transportes.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 25/10/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM ACORDO PELO FUTURO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A assinatura de um acordo entre a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e o Ministério de Portos e Aeroportos, em prol da sustentabilidade no setor, é um passo importante para o desenvolvimento do mercado portuário brasileiro. Ao estabelecer metas ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e promover a sustentabilidade, o acordo ajuda na formação de uma nova era para a logística marítima no País.

A decisão de alinhar as operações portuárias brasileiras aos objetivos da Organização Marítima Internacional (IMO) demonstra a consciência do Governo e do setor privado sobre a importância de combater as mudanças climáticas e promover um desenvolvimento econômico em harmonia com o ecossistema. A meta de zerar as emissões até 2050 é ambiciosa, mas necessária para garantir um futuro mais limpo e saudável para as próximas gerações.

A parceria entre a ATP e o Ministério de Portos e Aeroportos é fundamental para alcançar esse objetivo. Ao unir forças, o setor público e o privado poderão compartilhar conhecimento, desenvolver soluções inovadoras e acelerar a transição para um modelo de transporte marítimo mais sustentável.

A criação de uma política de sustentabilidade para o setor marítimo, anunciada pelo Ministério, é um passo crucial nesse sentido. Essa política deverá estabelecer diretrizes e incentivos para que os portos brasileiros adotem tecnologias limpas, invistam em fontes de energia renovável e otimizem suas operações.

Deve-se destacar que a parceria entre a ATP e o Ministério de Portos e Aeroportos representa um avanço significativo para o setor portuário brasileiro. Ao estabelecer metas ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e promover a sustentabilidade, o acordo sinaliza um novo rumo para a logística marítima no País. No entanto, é fundamental que o Governo e o setor privado trabalhem em conjunto para superar os desafios e garantir a implementação das medidas necessárias para alcançar os objetivos propostos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 25/10/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS - SEM PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA MARGEM EQUATORIAL, BRASIL PODE TER QUE VOLTAR A IMPORTAR ÓLEO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

ALERTA 1

Sem produção de petróleo na margem equatorial, área do litoral norte do País apontada como o novo pré-sal, o Brasil pode ter que voltar a importar petróleo dentro de dez anos. O alerta, feito nessa quinta-feira, dia 24, no Rio de Janeiro, foi da diretora de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras, Sylvia Anjos, e faz parte da campanha da estatal para obter licença para explorar a região. “O tempo está sendo muito crítico, em cinco, seis anos tem uma caída da produção do pré-sal e, com isso, a gente pode voltar a ser importador de petróleo em 2034, 2035, se a gente não tiver descobertas”, afirmou ao participar de uma aula aberta no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ALERTA 2

A margem equatorial abrange uma área que vai da costa do Rio Grande do Norte ao Amapá, sendo comparada com o pré-sal devido ao grande potencial de encontrar reservatórios de petróleo. No entanto, a exploração é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais. A Petrobras tem 16 poços na nova fronteira exploratória, no entanto, só tem autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para perfurar dois deles, na costa do Rio Grande do Norte.

ALERTA 3

O Ibama negou a licença para outras áreas, como a da Bacia da Foz do Amazonas. A Petrobras pediu ao instituto, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), uma reconsideração e espera uma decisão.

ALERTA 4

Sylvia contextualizou que o Brasil é autossuficiente em petróleo desde 2006. Atualmente, 81% da produção nacional são atribuídos ao pré-sal. Como faz parte do ciclo do petróleo o atingimento de um pico de produção seguido por declínio da quantidade de barris extraídos, a Petrobras busca novas áreas de exploração para que não haja recuo da produção de óleo e gás.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A estratégia para adaptar o Brasil à emergência causada pelas mudanças climáticas terá a participação da população, por meio de consulta pública. A primeira proposta desenvolvida pelos ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com coautoria de outras 25 pastas, foi disponibilizada na Plataforma Brasil Participativo e receberá contribuições até o dia 13 de novembro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/10/2024

NACIONAL- GOVERNO E SETOR PRIVADO FIRMAM PARCERIA PARA REDUZIR EMISSÕES NOS PORTOS

Ministério de Portos e Aeroportos se une à ATP com foco na descarbonização e adaptação às novas demandas ambientais

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebenews.com.br e **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) firmou na quinta-feira (24) um acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos para fomentar o desenvolvimento de ações e estudos em prol da sustentabilidade do setor portuário. O documento foi assinado durante 11º Encontro ATP – Transição Energética no Transporte Marítimo, realizado em Brasília (DF), com base no compromisso firmado pelo Brasil com a Organização Marítima Internacional (IMO) em 2023, para zerar as emissões de gases de efeito estufa do setor até o ano de 2050.



A secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, e o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa: padrões de emissões devem ser reduzidos em 20% até 2030 e em 70% até 2040 (Foto: Sérgio Francês/MPor)

O compromisso assumido pelo Governo Federal estipula que os padrões de emissões devem ser reduzidos em 20% até 2030 e em 70% até 2040.

A ATP vai elaborar estudos e relatórios técnicos sobre melhores práticas e relações sustentáveis, compartilhar dados e participar de reuniões técnicas com o Ministério, destinadas ao desenvolvimento da sustentabilidade do setor portuário.

A secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, destacou que o Governo está considerando o uso de suas linhas de fomento para financiar o setor privado, facilitando a adaptação às novas demandas energéticas e sustentáveis.

“3% de tudo que é emitido de gases de efeito estufa vêm do transporte marítimo. Só no ano de 2018, foram emitidas mais de 1 bilhão de toneladas de CO₂”, explicou Pescatori. “Temos que fazer o nosso planejamento. 96% das mercadorias são transportadas pela via marítima e, se olharmos para os últimos 10 anos, estamos emitindo 20% a mais do que emitíamos há 10 anos atrás. Então, a tendência sempre é de crescimento, e esse crescimento vai fazer com que tenhamos emissões maiores se não evoluirmos para combustíveis mais verdes”, completou.

Mariana também anunciou o lançamento de uma política de sustentabilidade para o setor marítimo, previsto para dezembro deste ano.

O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, ressaltou que os próximos três anos serão decisivos no que se refere à redução de gases de efeito estufa no transporte marítimo, pois o acordo com a IMO impõe, a partir de 2027, penalidades aos países que não aderirem.

“Nosso compromisso com o setor é seguir trabalhando em articulação constante com o governo e entidades públicas e privadas para fortalecer o segmento portuário brasileiro”, disse Barbosa.

Acessos

Também presente no 11º Encontro ATP, o presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, criticou a precariedade nos acessos aos portos brasileiros e a falta de políticas públicas que estimulem a intermodalidade no setor de logística.

“O acesso aos portos brasileiros é extremamente limitado. Nosso desafio é fazer com que investimentos e regulações sejam mais rápidos”, afirmou Costa.

O representante da maior instituição privada que representa o setor de transporte no Brasil mencionou que uma preocupação constante na entidade são os gargalos que ainda persistem ao estimular outros modais, especialmente o ferroviário. Costa ressaltou que esteve na China, onde testemunhou uma evolução impressionante do país em termos de infraestrutura logística.

“A China, que há alguns anos não possuía uma estrutura ferroviária significativa, construiu 40.000 km de ferrovias em apenas 10 anos”, detalhou. “No Brasil, dos 30.000 km de ferrovias, segundo a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), um terço foi abandonado, e outro terço está em condições de permitir a passagem de um trem por dia”, concluiu.

Costa pontuou ainda as perdas de operação do modal no transporte de cargas, observando que, nos últimos anos, 5% da participação ferroviária foi distribuída para os segmentos rodoviário e portuário.

Ele enfatizou que não é viável manter uma dependência de 65% das cargas transportadas pelas rodovias e permitir que esse percentual aumente.

“A CNT tem uma bandeira que é a multimodalidade. O desafio que temos agora é modificar o perfil logístico do país. Não podemos continuar a transportar cargas exclusivamente por caminhão. É fundamental melhorar os acessos terrestres aos portos, está terrível”.

Por fim, Costa anunciou que a CNT está desenvolvendo estudos e se coloca como parceira de entidades para promover mais iniciativas e avançar na evolução da descarbonização da logística no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024

NACIONAL – ANTEPROJETO PODE AUMENTAR EFICIÊNCIA DOS PORTOS PÚBLICOS, AVALIA NERY

Antaq celebrou aprovação do novo marco do setor

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebenews.com.br e **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebenews.com.br



Segundo o diretor-geral da Antaq, as mudanças propostas pela Cepertos visam modernizar a gestão dos portos públicos, gerando debates entre trabalhadores e empresários. Foto: Arquivo/BE News

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) celebrou, nesta quinta-feira, 24, a aprovação do anteprojeto aprovado pela Comissão de Juristas para revisão legal na exploração de portos e instalações portuárias (Cepertos) – a Lei dos Portos, sancionada em 2013.

“Foi aprovado com propostas de mudanças importantes caso venha a ser convertido em projeto de lei”, disse durante o 11º Encontro ATP- Transição Energética no Transporte Marítimo, promovido pela Associação de Terminais Portuários Privados, em Brasília (DF).

“O principal destaque foi justamente a tentativa de equiparar portos públicos a portos privados. A Agência (Antaq) já fez até um trabalho muito importante ano passado. ... O Tribunal (TCU) já tinha feito esse tipo de trabalho também. Isso acabou sendo uma baliza importante. Não no sentido de reduzir o desempenho dos terminais privados para equipará-los às ineficiências que ainda vemos em muitos portos públicos, mas de elevar o padrão de gestão e operação das autoridades portuárias públicas”, disse Nery.

O texto aprovado ainda precisa tramitar pela Câmara dos Deputados e, caso seja aprovado, vai ao Senado. “Ainda que não venha ser convertido em projeto de lei, eu acho que o que vale foi toda a discussão que foi feita, a gente não pode abrir mão de melhorar a governança das autoridades portuárias públicas”, apontou o diretor-Geral.

A matéria aprovada na Cepertos tem causado discordância entre os empresários e os dirigentes das federações de trabalhadores. Os sindicalistas têm apontado que os trabalhadores não foram ouvidos e podem perder direitos. Já os empresários defendem que estão modernizando o setor para atrair mais investimentos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, concordou que não houve diálogo suficiente sobre o texto e se comprometeu a entrar na discussão da tramitação do projeto de lei.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024

NACIONAL - PARA FENOP, ANTEPROJETO É PASSO IMPORTANTE PARA MELHORIAS

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebenews.com.br e Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) se manifestou na quinta-feira (24) a respeito da aprovação do anteprojeto de revisão da Lei dos Portos, ratificada no dia anterior pela Comissão de Juristas Para a Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos). Por meio de nota, a entidade disse entender que o resultado “foi importante e o texto aponta para melhorias em todos os pontos necessários”.

“Agora é aguardar os encaminhamentos do parlamento, respeitando os naturais debates e encaminhamentos da democracia”, prosseguiu a Fenop.

A federação reitera que apresentou propostas conjuntas com a Coalizão Empresarial Portuária, defendendo a competitividade tanto dos trabalhadores avulsos quanto dos vinculados. Além disso, sublinhou a relevância das operações realizadas em cais públicos e das operações especializadas, lembrando que ainda existem portos e cargas que dependem dessas modalidades de trabalho e de operadores de cais público.

O BE News pediu a opinião de representantes de outras entidades ligadas ao setor portuário sobre o assunto. O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, afirmou que ainda não há elementos suficientes para analisar o anteprojeto que está sendo discutido na comissão. “O que é sabido é que os trabalhadores participaram das audiências públicas”, disse ele.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo, afirmou que ainda não teve acesso à versão oficial do que está sendo discutido na comissão e preferiu não se manifestar no momento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024

NACIONAL - LIDERANÇAS PORTUÁRIAS BUSCAM APOIO CONTRA MUDANÇAS E COGITAM NOVA GREVE

Os presidentes de três entidades que representam os trabalhadores portuários estão em Brasília (DF), buscando apoio do Governo Federal e de alguns parlamentares para que o anteprojeto de revisão da Lei dos Portos não tramite na Câmara dos Deputados.

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebenews.com.br



Trabalhadores portuários avulsos de portos brasileiros realizaram uma paralisação de 12 horas na última terça-feira (Foto: Divulgação)

Na quinta-feira (24), José Adilson Pereira, presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), Mário Teixeira, presidente da Fenccovib (entidade que representa conferentes, consertadores, vigias, trabalhadores de bloco, arrumadores e amarradores de navios), e Sérgio Giannetto, presidente da

Federação Nacional dos Portuários (FNP), gravaram um vídeo anunciando os próximos passos da mobilização.

“Ficou definido que vamos seguir com o que já havia sido definido nas outras plenárias, de ir para 18 horas de greve”, disse Pereira, referindo-se à paralisação de 12 horas nos principais portos do país, ocorrida na terça-feira (22).

“Mas antes de chegar à conclusão no dia, vamos fazer todo o giro de discussão com o Governo Federal, com alguns parlamentares, para fazer uma avaliação do nosso cenário e definir o dia de continuarmos com a nossa mobilização em defesa do mercado dos trabalhadores portuários”.

Segundo Mário Teixeira, no momento em que gravavam o vídeo, os três estavam prestes a se encontrar com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, “que já faz parte da nossa articulação junto ao Governo para pedir um apoio político, principalmente para vetarmos a tramitação desse desastroso anteprojeto na Câmara dos Deputados”.

“O mais importante é que nós, portuários de Norte a Sul do Brasil, de todos os portos, estamos unidos, prontos para alcançar o que é justo e necessário para a categoria. Juntos, somos muito mais fortes”, finalizou Giannetto.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/10/2024

NACIONAL - GOVERNO LANÇA LEILÕES DE TERMINAIS PORTUÁRIOS COM INVESTIMENTO DE R\$ 3,6 BI

Aportes em Maceió, Santana e Itaguaí visam ampliar capacidade de movimentação de cargas e gerar milhares de empregos diretos e indiretos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ITG02, em Itaguaí, prevê investimentos de cerca de R\$ 3,53 bilhões nos primeiros anos do contrato, com capacidade para movimentar até 20 milhões de toneladas por ano

O Governo Federal anunciou na quinta-feira (24) a publicação dos editais para os leilões de três importantes terminais portuários: MAC16, no Porto de Maceió, em Alagoas; MCP03, no Porto de Santana, no Amapá; e ITG02, em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Marcados para o dia 18 de dezembro, os leilões fazem parte de uma série de iniciativas para atrair investimentos no setor portuário, com um aporte total esmado em R\$ 3,6 bilhões.

O terminal ITG02, em Itaguaí, prevê investimentos de cerca de R\$ 3,53 bilhões nos primeiros anos do contrato, com capacidade para movimentar até 20 milhões de toneladas por ano, especialmente minério de ferro. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) indica que o projeto gerará aproximadamente 2.800 empregos indiretos durante as obras, além de 250 empregos diretos e 1.800 indiretos na fase de operação.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a importância desses leilões para a economia brasileira: “Os leilões realizados e os previstos evidenciam o imenso potencial do Brasil para a movimentação internacional de cargas. Isso significa mais economia, emprego e renda para a população”, afirmou.

O Governo Federal esma que o terminal MAC16, em Maceió, deverá receber um investimento direto de R\$ 6,18 milhões. Diferentemente dos outros projetos, por ser um arrendamento simplificado com prazo de cinco anos, o processo de audiência e consulta públicas foi dispensado. A área será utilizada para movimentação e armazenagem de granéis sólidos em geral, com o estudo inicial

ajustado para ampliar a atratividade, passando a incluir outros tipos de carga além do concen trado de cobre, conforme o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do porto.

Já o terminal MCP03, no Porto de Santana, terá um investimento de R\$ 88,89 milhões ao longo dos 25 anos de contrato. A área será destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, com destaque para soja e milho. O projeto foi submetido a audiência e consulta pública em agosto do ano passado, sendo aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) após análise do EVTEA elaborado pela Infra S.A..

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, também destacou o impacto econômico positivo dos investimentos portuários: “A geração de receita, renda e emprego é extremamente vinculada ao setor portuário, principalmente quando temos novos investimentos”, afirmou, mencionando as diversas fases que envolvem o setor, desde as obras até a fase operacional, que movimentam a economia local e nacional

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024

INTERNACIONAL - BRASIL E PORTUGAL ALINHAM ESTRATÉGIAS PARA EXPANSÃO PORTUÁRIA E NOVOS VOOS

Reunião destaca oportunidades de negócios, sustentabilidade e fortalecimento das rotas comerciais e turísticas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, e sua comitiva se encontraram com o ministro de Infraestrutura e Habitação de Portugal, Miguel Pinto Luz (Foto: Divulgação/MPor)

O plano estratégico nas áreas portuárias e aeroportuárias foi o principal tema da reunião realizada na quinta-feira (24) entre o ministro de Portos e Aeroportos do Brasil, Silvio Costa Filho, e o ministro de Infraestrutura e Habitação de Portugal, Miguel Pinto Luz. O encontro, ocorrido em Lisboa, também teve como objetivo fortalecer as relações comerciais entre Brasil e Portugal, destacando o papel estratégico do país europeu como um dos principais investidores no Brasil, além de explorar o potencial de expansão desse capital em território brasileiro.

Silvio Costa Filho destacou que é “sempre muito bom poder dialogar com o governo português, falar sobre as oportunidades de negócios entre os dois países e apresentar a carteira de investimento dos leilões que nós vamos fazer nesses próximos 30 meses”. O ministro enfatizou o ambiente favorável para que as empresas de ambas as nações ampliem seus investimentos, beneficiando as economias dos dois países. Ele ressaltou que o objetivo do governo brasileiro é “promover um ambiente de negócios eficiente, seguro e transparente para empresários que desejam investir no Brasil”.

Durante o encontro, Costa Filho também mencionou o amplo programa de concessões do Governo Federal nos setores portuário e hidroviário, muitas delas já envolvendo parcerias com empresas portuguesas. Além disso, o aumento da conectividade aérea entre Brasil e Portugal foi pauta de destaque. Portugal é o país europeu com maior número de passageiros em viagens ao Brasil, transportando quase 2 milhões de turistas, o que representa 32% dos viajantes europeus para o país.

Com o intuito de aumentar o fluxo de turistas e facilitar o intercâmbio econômico e comercial, o governo brasileiro manifestou apoio à ampliação de voos comerciais entre os dois países. Uma companhia aérea brasileira, inclusive, está em processo para obter mais slots no Aeroporto Internacional de Lisboa, o que fortalecerá ainda mais as relações bilaterais, ao proporcionar mais opções de conectividade tanto para negócios quanto para turismo.



Na área portuária, ambos os ministros concordaram sobre a importância de reforçar as ligações marítimas entre Brasil e Portugal, com foco em sustentabilidade, digitalização e capacitação, como pilares estratégicos para essa cooperação.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/10/2024

NACIONAL - TCU AUTORIZA PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DO AEROPORTO DE GUARULHOS

Concessionária se comprometeu a investir R\$ 1,4 bi em melhorias, incluindo expansão de terminais de passageiros e pistas de aeronaves

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebeneews.com.br

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por unanimidade, nesta quarta-feira (23), a prorrogação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) em 16 meses, com a operação se estendendo até 2033. Em contrapartida, a concessionária se comprometeu a investir R\$ 1,4 bilhão em melhorias, incluindo expansão de terminais de passageiros e das pistas de aeronaves.

O contrato estava previsto para terminar em 11 de julho de 2032. Pela decisão do TCU, foi prorrogado até o dia 23 de novembro de 2033. Entre as medidas definidas pelo acordo, a concessionária irá construir um novo píer para voos internacionais e outro para voos domésticos, além de ampliar o pátio de aeronaves e pistas de taxiamento e investir em eficiência e segurança.

Primeiro caso de revisão contratual de concessionária aeroportuária aprovado pela comissão consensual estabelecida no âmbito do TCU (Secex-Consenso), a decisão servirá de referência para futuras análises. “Foi uma decisão construída com muito diálogo para garantir a melhor solução para o país. Quero publicamente agradecer ao Tribunal de Contas da União pelo papel institucional que vem tendo em defesa das pautas de interesse do Brasil. Não tenho dúvida que estes investimentos privados adicionais serão fundamentais para o fortalecimento da infraestrutura aeroportuária brasileira”, avaliou o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho.

O TCU aprovou ainda a política pública que cria o Pipar (Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais), que prevê a inclusão de aeroportos regionais deficitários, mas estratégicos para o país aos contratos de concessão existentes. Este processo deverá ser regulamentado nos próximos dias, após consulta pública. O programa pretende definir blocos de aeroportos regionais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde há necessidade de infraestrutura aeroportuária para fins sociais, mas não há ainda viabilidade e interesse comercial. Pelo processo de contratação simplificado aprovado pelo TCU, as concessionárias participarão de um leilão para assumir blocos de aeroportos regionais, tendo como contrapartida aos investimentos necessários o reequilíbrio dos contratos que poderão se dar, por exemplo, por extensão de prazo.

Destruar investimentos

Segundo o secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, o programa de investimentos privados em aeroportos regionais tem o potencial de destravar investimentos produtivos em aeroportos por todo o Brasil. Esma-se até R\$ 3,5 bilhões de investimentos considerando todo o conjunto de aeroportos que poderão compor o programa.

“O Pipar vai se basear nos aeroportos estratégicos definidos pelo Plano de Aviação Nacional, localizados em todas as regiões do Brasil, com especial atenção para a Amazônia Legal e para o Nordeste, viabilizando dezenas de aeroportos que precisam de novos investimentos e gestão continuada para o adequado desenvolvimento da aviação”, reforçou o ministro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 25/10/2024

NACIONAL - GRANEL QUÍMICA COMEMORA 50 ANOS

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Líder em movimentação e armazenagem de graneis químicos no Brasil, a Granel Química reuniu executivos, acionistas, colaboradores e parceiros na noite dessa quinta-feira, dia 24, para celebrar seus 50 anos. Parte do Grupo Odjfell, a empresa conta com sete terminais no País e prepara a inauguração do oitavo. O primeiro deles foi construído no Porto de Santos (SP). O evento dessa quinta-feira ocorreu na sede da Sociedade Hípica Paulista, em São Paulo (SP), e contou com a participação do CEO da Odell Terminals South America, Ary Serpa Júnior, do gerente-geral da Granel Química, Edson Souki, e do acionista Carl Odjfell (na foto).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024

REGIÃO SUDESTE - AEROPORTO DE VIRACOPOS COMEÇA A RECEBER EQUIPAMENTOS DA FÓRMULA 1

São esperados mais sete voos com equipamentos e os carros da categoria para corrida no Brasil

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A operação marca a 22ª vez consecutiva em que o embarque e desembarque de equipamentos da Fórmula 1 para o GP do Brasil é realizado pelo Aeroporto de Viracopos (Foto: Isabella Assis/Aeroporto de Viracopos)

Equipamentos da Fórmula que serão usados para o Grande Prêmio de São Paulo, em Interlagos, começaram a desembarcar no Brasil pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. O primeiro carregamento chegou no terminal na tarde de quarta-feira (23). De acordo com a

concessionária que administra o aeroporto, serão aproximadamente 600 toneladas transportadas por oito aeronaves Boeing.

O primeiro voo, vindo da cidade de Austin, nos Estados Unidos, pousou em Viracopos às 11h50, com cerca de 64 toneladas de carga trazidas em uma aeronave Boeing 747-400. Foram descarregados equipamentos de som, imagem e iluminação.

Viracopos receberá mais sete voos com equipamentos no Terminal de Cargas (Teca). As aeronaves estão previstas para desembarcarem nos dias 28, 29 e 30 de outubro, com carros e demais equipamentos das equipes.

Após a realização da corrida, todos os carros e equipamentos sairão do Brasil também por Viracopos. Eles serão embarcados em oito voos, que vão decolar nos dias 3 e 4 de novembro, com destino a Las Vegas (EUA).

A operação marca a 22ª vez consecutiva em que o embarque e desembarque de equipamentos da Fórmula 1 para o GP do Brasil é realizado pelo Aeroporto de Viracopos.

Operação especial

Segundo informou a concessionária, os carros e equipes da Fórmula 1 serão transportados em comboios de carretas para Interlagos. O primeiro comboio, com os equipamentos do primeiro voo, com oito carretas, seguiu na tarde desta quarta-feira (23) para a capital paulista.

Toda a operação envolve pelo menos 100 pessoas de diversas áreas do aeroporto, incluindo órgãos públicos, agentes de carga, companhias aéreas e empresas contratadas para o transporte e a logística da operação.

Estão previstas pelo menos 100 viagens de carretas para transportar todos os equipamentos e carros dos 8 voos até São Paulo.

“A chegada dos equipamentos da Fórmula 1 representa um marco importante para Viracopos, reforçando nossa posição como um dos principais aeroportos de carga do país. Estamos sempre comprometidos em garantir uma operação eficiente e segura para o sucesso do evento” disse a Diretora Comercial de Viracopos, Maria Fan.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024

REGIÃO SUL - SC AUTORIZA INÍCIO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA RODOVIA NO LITORAL

Denominado de Via Mar, corredor estadual vai beneficiar tráfego de veículos aos portos do estado
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



BR-101: o novo corredor rodoviário se apresenta como uma alternativa à rodovia federal, e visa reduzir o tráfego de veículos e veículos de carga entre Florianópolis e a região Norte (Divulgação/Dnit)

O Governo de Santa Catarina autorizou o início do projeto para viabilizar a construção de uma rodovia estadual paralela à BR-101, no litoral catarinense. Denominado Via Mar, o novo corredor rodoviário se apresenta como uma alternativa à rodovia federal, e tem como objetivo reduzir o tráfego de veículos e veículos de carga entre Florianópolis e a região Norte do estado.

O novo corredor litorâneo terá 145 quilômetros de estrada, entre os municípios de Joinville e Biguaçu, fazendo a conexão da cidade mais populosa do estado com o Contorno Viário de Florianópolis.

A assinatura, ocorrida nesta semana, representa a fase de planejamento, que inclui estudos de impactos ambientais e traçado técnico. A obra foi dividida em cinco lotes, sendo que a ordem de serviço dos projetos executivos é para quatro lotes, que vão de Joinville até Itajaí.

Na solenidade, o governador Jorginho Mello (PL) destacou que a nova rodovia terá papel fundamental para impulsionar toda a cadeia logística de Santa Catarina, beneficiando indústrias e portos.

“Nós estamos aplicando mais de R\$ 3 bilhões para melhorar a nossa malha viária de Santa Catarina. E hoje esse lançamento é mais um grande avanço do nosso governo, trazendo essa nova rota pela Via Mar, sendo uma alternativa para se deslocar da Grande Florianópolis até Joinville. Aqui é o primeiro passo para a realização dos projetos executivos dessa obra que trará um grande avanço para Santa Catarina, principalmente na logística e no transporte de cargas”, destacou o governador.

A previsão é que a construção da Via Mar seja iniciada após a conclusão dos projetos e autorizações das licenças ambientais através de uma parceria público-privada (PPP).

A BR-101, no trecho de Santa Catarina, é considerada uma das principais rodovias em termos de tráfego de veículos no estado, e vem sofrendo com importantes gargalos, principalmente no conflito entre veículos de passeio e veículos de carga que acessam os portos catarinenses.

Impactos

A Via Mar é projetada para desafogar o trânsito da BR-101, oferecendo uma nova rota para escoamento de produtos. Além disso, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento, a região concentra 60% da população catarinense.

A expectativa é que a Via Mar tenha impacto direto no transporte de produtos industriais, agrícolas e pesqueiros, além de promover o turismo ao facilitar o acesso a diversos destinos do litoral catarinense.

A previsão é que a nova rodovia melhore o fluxo de caminhões que abastecem os portos de Itajaí e São Francisco do Sul, reduzindo custos e tempo de deslocamento para as empresas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 25/10/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

BNDES LANÇA PACTO E DIZ NÃO APOIAR PROJETOS QUE TÊM MADEIRA COMO MATÉRIA-PRIMA

Por João Paulo - 25/10/2024 14:59



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulga nesta sexta-feira (25), em Cali, na Colômbia, um compromisso em defesa da biodiversidade no qual informa as prioridades de investimentos da instituição e também explica quais projetos não receberão financiamento. A divulgação do compromisso, durante a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, foi noticiada pela jornalista Miriam Leitão, no jornal “O Globo”. A GloboNews também teve acesso ao documento. No documento, de mais e 40 páginas, o banco afirma que o planeta vem se degradando “de forma acelerada, sem precedentes e possivelmente disruptiva”.

Em mensagem, o BNDES afirma que a transição para uma “nova relação entre humanidade e natureza”, que seja “mais harmônica”, precisa ser “célere” e “não pode mais ser adiada”, sob o risco de se ultrapassar os chamados “pontos de não retorno”. O comunicado é assinado pela ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira e pelo ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) Carlos Nobre. Ambos atualmente integram o conselho do banco de fomento.

O texto afirma que, enquanto as mudanças climáticas resultam em perdas para a biodiversidade, a “degradação” dos ecossistemas naturais e a redução da diversidade biológica “diminuem a resiliência” do planeta, reduzindo a capacidade de se lidar com os impactos das mudanças climáticas. No caso dos projetos com madeira como matéria-prima, o BNDES explica que há possibilidade de financiamento somente se tiver origem em floresta plantada.

“Este documento evidencia que existem diversas maneiras de financiar a preservação da biodiversidade, envolvendo diferentes fontes de recursos públicos e privados, variados perfis de clientes e incluindo povos tradicionais e agricultores familiares”, afirma o BNDES. Ainda de acordo com o BNDES, quando a madeira for derivada de mata nativa ou de empreendimentos associados à exploração de vegetação primária ou de espécies nativas, “o apoio é condicionado à existência de um plano de manejo florestal sustentável”.

Em nota, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que a pauta ambiental passou a ser “prioritária” para o BNDES definir os financiamentos de projetos. “Sob a orientação do governo do

presidente Lula, o BNDES retomou a pauta ambiental como prioritária entre seus investimentos e este documento é mais uma mostra da importância que o banco dedica em favor da biodiversidade brasileira. Diante do contexto atual, já não é suficiente conservar, precisamos direcionar recursos nacionais e internacionais para restaurar os ecossistemas”, afirmou Mercadante.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 25/10/2024

LULA COMENTA ACORDO DA VALE SOBRE TRAGÉDIA DE MARIANA: ‘ERA MAIS BARATO TER EVITADO A DESGRAÇA’

Por João Paulo - 25/10/2024 15:00

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta sexta-feira (25) que o acordo para reparação de danos da tragédia em Mariana (MG) serve como uma “lição” para mineradoras de que sairia mais “barato” evitar a “desgraça” do que pagar as indenizações. As mineradoras Vale, BHP e Samarco, e autoridades federais e estaduais assinaram nesta sexta um novo compromisso para compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, na cidade do interior de Minas Gerais.

O acordo, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região e pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prevê medidas reparatórias e compensatórias estimadas em R\$ 170 bilhões. “Essa lição, que as mineradoras estão tendo, de que ficaria muito mais barato ter evitado a desgraça espero que sirva de lição para outras centenas de lixo que as empresas jogam em represas nem sempre tão bem preparadas ou modernas, para evitar essa desgraça. Importante que essa lição fique desse acordo”, afirmou.

“Ficaria muito mais barato ter evitado o que aconteceu. Infinitamente mais barato. Certamente, não custaria R\$ 20 bilhões evitar a desgraça que aconteceu”, acrescentou o presidente durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 25/10/2024



EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA

ELETROBRAS MIRA PARCERIA NA OPERAÇÃO DE ELETROLISADORES EM PLANTAS DE HIDROGÊNIO VERDE

Companhia se prepara para dar um salto na escala de produção de hidrogênio, investindo em novos projetos de até 20 MW

Por Gabriel Chiappini



Juliano Dantas, vice-presidente de inovação da Eletrobras | Foto: Divulgação

RIO — Uma das maiores geradoras de energia renovável do Brasil, a Eletrobras mais do que fornecer eletricidade para projetos de hidrogênio verde de larga escala, espera se consolidar como parceira na operação de eletrolisadores, a partir da expertise acumulada no projeto-piloto de Itumbiara.

Juliano Dantas, vice-presidente de inovação da Eletrobras, explicou à agência eixos, que a planta de hidrogênio em Itumbiara (MG) acelerou o aprendizado da empresa, permitindo o desenvolvimento de softwares operacionais específicos e de uma rede de fornecedores para a manutenção desses ativos.

Agora, com o know-how adquirido, a companhia se prepara para dar um salto na escala de produção, investindo em um novo projeto de até 20 megawatts (MW) — ainda piloto — e ampliando suas colaborações, como a parceria, em estudo, com a australiana Fortescue para um projeto no Porto de Pecém (CE), que poderá atingir escala de GW.

“Temos muita vocação para operar esse tipo de infraestrutura. E todo o nosso desenvolvimento de tecnologia é feito considerando a nossa capacidade de operar esse tipo de ativo e de participar dessas parcerias, aportando não só energia elétrica, mas muito conhecimento e capacidade operativa para poder ter diferentes modelos de negócio”.

Dantas compara o modelo da Eletrobras ao da TSMC, empresa taiwanesa, conhecida pela eficiência em processos de produção de semicondutores, mesmo sem fabricar os equipamentos necessários para produção.

“Ela [TSMC] inova em processo, e é isso que a Eletrobras é, uma empresa de inovação em processo. Como operar o eletrolisador de forma que haja a máxima confiabilidade, o menor custo”.

Segundo o executivo, a Eletrobras pode aumentar a competitividade dos projetos de hidrogênio verde, ao entregar um gerenciamento de fluxo de energia nos eletrolisadores, de maneira que “se entregue energia da forma mais eficiente, e se consuma essa energia da forma mais eficiente”.

Ele também destaca que outro desafio para reduzir os custos de operação é identificar o tipo de equipamento adequado para o produto final que se deseja ter. Uma vez que o hidrogênio verde é matéria-prima para derivados, como fertilizantes nitrogenados e combustíveis sintéticos.

“É preciso entender que tipo de tecnologia é mais adequada para a necessidade daquele projeto, dependendo do horizonte do projeto, da eficiência desejada, do tempo para implantar”.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 25/10/2024

CHINA CAMINHA PARA PICO DE CONSUMO DE ÓLEO EM MEIO A ADOÇÃO MASSIVA DE CARROS ELÉTRICOS

Eletrificados devem responder por quase 40% das vendas de carros novos na China em 2024

Por Nayara Machado



Foto: Pixabay

BRASÍLIA — A China está a caminho de produzir mais de 10 milhões de veículos elétricos, respondendo por quase 40% das vendas de carros novos em 2024, aponta a Revisão Estatística de Energia Mundial do Energy Institute.

Natural — mais barato.

No transporte rodoviário, as empresas estão migrando do óleo diesel — mais caro — para motores movidos a gás

Este movimento leva à previsão de que o país está a caminho do pico de consumo de petróleo.

Em seu mais recente World Energy Outlook, a Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) projeta que a demanda por petróleo da China atingirá o pico antes de 2030.

A IEA estima que os veículos elétricos capturarão 70% das novas vendas em 2030 e representarão quase um terço de todos os carros em circulação no país naquele ano.

Uma análise de agosto do Carbon Brief observa que, no primeiro trimestre de 2024, a eletrificação da frota reduziu a demanda por combustíveis para transporte em aproximadamente 4%, na comparação anual. A organização também avalia que as emissões de CO2 de energia podem ter chegado ao pico.

Mudança na matriz busca independência energética

A expansão dos elétricos é ancorada por políticas que buscam reduzir a dependência chinesa de petróleo importado.

O Energy Institute explica que a China tem sido o maior impulsionador do aumento do consumo global de petróleo nas últimas duas décadas, já que uma população crescente, melhorias na renda e urbanização encorajaram um aumento massivo na demanda por transporte.

O consumo anual da China aumentou em 496 milhões de toneladas entre 2003 e 2023, em comparação com um aumento de 324 milhões de toneladas para todo o resto do mundo.

Como resultado, a participação da China no consumo global mais que dobrou de 7% para 17% duas décadas antes, ficando em segundo lugar, atrás dos Estados Unidos, com 18% em 2023.

Essa expansão, no entanto, tornou o país cada vez mais dependente de importações para processar em suas refinarias. Hoje a China é a maior importadora de petróleo do mundo.

A produção anual de petróleo bruto aumentou em escassos 39 milhões de toneladas (crescimento anual composto de 2%) ao longo das duas últimas décadas.

Para compensar o déficit, as importações anuais aumentaram em 456 milhões de toneladas (9% ao ano), respondendo por 73% da alimentação da refinaria em 2023, ante 38% em 2003. A maior parte vinda do Oriente Médio, África e Américas.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política
Data: 25/10/2024

REGULAÇÃO - SILVEIRA AMENIZA CRÍTICAS À ANEEL, MAS DEFENDE VOLTA DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Segundo Alexandre Silveira, os atores políticos que compõem a federação precisam "trabalhar unidos", sem "viver de politização de narrativa".

Por Hanrikson de Andrade



Alexandre Silveira (PSD), ministro de Minas e Energia durante coletiva de imprensa | Foto Ricardo Botelho/MME

BRASÍLIA – O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), voltou a dizer que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi “omissa” em relação aos problemas com a distribuidora Enel, em São Paulo.

Por outro lado, decidiu amenizar o tom das críticas à entidade regulatória e afirmou que o país precisa “deixar de polemizar onde não deveria ter polêmica”.

Segundo ele, os atores políticos que compõem a federação precisam “trabalhar unidos”, sem “viver de politização de narrativa”.

As declarações ocorreram nesta sexta-feira (25/10), após o comparecimento de Silveira em cerimônia de assinatura do acordo de repactuação da tragédia de Mariana, no Palácio do Planalto. O presidente Lula participou da solenidade.

Questionado sobre a possível retomada dos contratos de gestão entre União e agências reguladoras, mecanismo que foi extinto durante o governo Jair Bolsonaro (PL), o ministro disse ser favorável.

A ideia está sendo estudada pela Advocacia-Geral da União e prevê a possibilidade de punição para membros das agências. A informação foi publicada em reportagem do Estadão.

“Eu acho que nunca deveria ter perdido os contratos de gestão. Eram contratos que tinham referência clara de padrões de eficiência das agências. São importantíssimos. E é importantíssimo que se aperfeiçoe o modelo das agências”, comentou o ministro.

Mudança de tom

O posicionamento mais moderado de Silveira contrasta com a postura beligerante das semanas anteriores, quando o chefe do MME abriu fogo contra a Aneel em razão do apagão em São Paulo e da falta de celeridade, de acordo com o entendimento do governo, no processo que poderia resultar na caducidade do contrato da Enel.

Na ocasião, o ministro de Minas e Energia chegou a sugerir “apuração da atuação” da agência junto aos órgãos de controle.

Nesta sexta, Silveira reforçou o seu entendimento pessoal de que a Aneel foi “omissa” na resposta à crise em São Paulo.

“É fato já conhecido, público, e tanto é que agora depois de seis meses, ela notificou a empresa, mas infelizmente já com um novo apagão no município de São Paulo. O que temos feito agora é cobrar da agência que ela dê a maior celeridade possível para poder apontar caminhos de solução sobre o contrato de São Paulo, que todos nós sabemos que não está a contento.”

O mineiro declarou, por outro lado, que “o Brasil é um país que respeita contratos e tem segurança jurídica”. Nesse contexto, ele citou o decreto do ministério que atualiza as regras para renovação de concessões — reafirmando que, no futuro, problemas como o apagão em São Paulo podem ser evitados apenas com esses ajustes regulatórios.

“Nós não teríamos [a partir do decreto de renovação das distribuidoras] o expurgo que hoje os contratos permitem. Quando há qualquer fato superveniente, e agora tem acontecido de forma reiterada, a questão dos efeitos climáticos severos, expurga-se para índices de DEC e FEC, que são índices de medição da qualidade do serviço da distribuidora. E esse é o fato, nós estamos convivendo com um modelo que se tornou obsoleto durante os anos e nós estamos procurando modernizar.”

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 25/10/2024

DIRETORES, ACADEMIA E MERCADO SAEM EM DEFESA DE AGÊNCIAS REGULADORAS

Defesa da autonomia dos reguladores começou depois de críticas do governo à Aneel

Por Gabriela Ruddy



Diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, durante participação no 37º Congresso da AIGLP (Foto: Victor Curi/epbr)

O tema da autonomia das agências reguladoras ganhou espaço entre os diretores dos órgãos, além de representantes da academia e do mercado, depois que o governo indicou que poderia alterar os mandatos nas autarquias.



A melhoria no orçamento e na disponibilidade de recursos humanos, assim como o respeito ao período dos mandatos, são algumas das principais defesas no debate pela independência regulatória.

“A agência já convive com limitações de toda a ordem”, disse o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, em evento no Rio na quinta (24/10), ao lembrar que o órgão tem recebido novas atribuições com a transição energética.

No site: Respeito aos mandatos e orçamento são fundamentais para bom funcionamento das agências, dizem diretores e mercado

<https://eixos.com.br/politica/respeito-aos-mandatos-e-orcamento-sao-fundamentais-para-bom-funcionamento-das-agencias-dizem-diretores-e-mercado/>

O debate sobre as agências reguladoras esquentou depois que representantes do governo criticaram a conduta da Aneel após os apagões em São Paulo.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, levantou a possibilidade de uma alteração na duração dos mandatos de diretores e conselheiros de agências reguladoras, de modo a coincidir com as mudanças de governo.

Em paralelo, surgem no Congresso iniciativas que podem ampliar a pressão política sobre os órgãos.

- A Câmara aprovou este mês um projeto de lei que dá aos municípios participação ativa na fiscalização e controle das licitações e contratos de distribuição de energia.
- Há ainda uma articulação do deputado Danilo Forte (União Brasil) para apresentar um projeto que vai subordinar as decisões das agências ao Legislativo.

Mas faz sentido? A discussão no governo, seja para reduzir a duração de mandatos de diretores ou aumentar o controle sobre o trabalho das agências, ocorre em meio a articulação do Planalto com o Senado Federal para indicar os seus nomes e fazer, assim, a transição de poder nas diretorias.

Ao todo, 15 vagas estarão abertas até o fim deste ano. Das 11 agências, três já estão com cadeiras vazias (Anac, Aneel e ANP). Apenas na área de energia:

- Uma cadeira está vazia na Aneel e tem levado a embates nas decisões, com a divisão dos diretores.
- Na ANP, é necessário indicar um nome para substituir o ex-diretor Cláudio Jorge, que teve o mandato encerrado em 2023, além do próximo diretor-geral, já que Saboia encerra seu ciclo em dezembro.

SP sob ameaça de novas chuvas. A Defesa Civil do Estado de São Paulo emitiu um alerta de nova previsão de chuvas e ventos, que podem ultrapassar 70 km/h até sexta-feira (25/10). A distribuidora Enel São Paulo mobilizou 2.500 profissionais para atender problemas no fornecimento de energia elétrica.

- Mais de 70 mil unidades consumidoras ficaram sem energia na grande São Paulo na quarta (23), devido a um temporal. É o segundo apagão na região metropolitana este mês.

Gás para Todos. A demanda por gás natural liquefeito (GLP), o “gás de botijão”, vai ser puxada pelo programa Gás para Todos e pelo crescimento econômico do país nos próximos meses de 2024 e no ano de 2025, segundo a diretora da EPE, Heloísa Borges.



- Segundo o boletim bimestral da EPE, em 2024 a demanda por GLP vai ficar em 7,6 milhões de toneladas, alta de 1,9% em relação ao ano anterior. Já em 2025 o consumo deve chegar a 7,7 milhões de toneladas, crescimento de 1% na comparação anual

Amazonas Energia. A Justiça Federal retirou a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) do processo em que a Amazonas Energia pede a aprovação da transferência de controle à Âmbar, por considerar que os contratos de fornecimento de gás natural não devem sofrer alterações.

- O dispositivo está previsto na Medida Provisória 1232/2024 e visa diminuir a sobrecontratação da Amazonas Energia. A MP prevê que os contratos passariam a ser pagos por todos os consumidores de energia elétrica do Brasil.

Petrobras amplia medições para eólicas offshore. A Petrobras vai investir R\$ 60 milhões para medições de ventos no mar. Serão lançadas cinco novas boias Bravo (Boia Remota de Avaliação de Ventos Offshore), para avaliação de recursos eólicos offshore.

Acordo no RN. O Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis e a fabricante chinesa de turbinas eólicas Mingyang assinaram acordo de cooperação para atividades relacionadas ao mercado de eólica offshore no Rio Grande do Norte. A intenção é desenvolver a capacitação local para a atividade.

- O estado reúne 25,5 GW em projetos com pedidos de licenciamento no Ibama, do total de 234 GW em potenciais projetos na costa brasileira.

Gargalos para hidrogênio. A EPE identificou sobrecargas em algumas linhas de transmissão pré-existentes no Rio Grande do Norte, que poderiam se agravar com a conexão de plantas de hidrogênio verde. A conclusão é de um estudo divulgado na quarta-feira (24/10) que avalia as condições do sistema de transmissão da região Nordeste para a conexão de grandes cargas, focando na produção de hidrogênio.

Indústria química de olho no hidrogênio. Os subsídios destinados ao hidrogênio de baixo carbono devem garantir que o país avance na descarbonização de sua própria indústria, defende o diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química (IdQ), Milton Rego. Para o executivo, o apoio deve ir além da produção do hidrogênio, e alcançar o consumo interno.

Acordo para Mercado de Carbono. Após quase um ano de negociações e reclamações dos dois lados, Senado e Câmara finalmente avançaram para um acordo em relação ao texto projeto de lei que cria o mercado brasileiro e regulado de carbono.

- Segundo previsão do líder do governo no Senado, Otto Alencar (PSD/BA), após o fechamento do acordo, o projeto será apreciado em plenário até o fim de novembro, possivelmente antes do encerramento da COP 29.

Noruega defende CCS no G20. A Noruega quer a inclusão da captura e armazenamento de carbono (CCS) nos comunicados finais do G20 como uma das soluções para a descarbonização do planeta. O tema é uma das principais defesas do país nos fóruns internacionais e deve ser levado pelo primeiro-ministro norueguês, Jonas Gahr Støre, à Cúpula de Líderes.

- Em visita ao Brasil esta semana, a ministra do Comércio e Indústria da Noruega, Cecilie Myrseth, disse que as empresas norueguesas querem ampliar ainda mais as cooperações já existentes com o Brasil a respeito de energias renováveis e tecnologias de descarbonização.

BIP seleciona projetos. O governo brasileiro anunciou a seleção de projetos da Acelen, Vale, Fortescue, Atlas Agro e Meteoric para integrar a recém-lançada Plataforma de Investimentos em Transformação Climática e Ecológica do Brasil (BIP). Os projetos selecionados incluem iniciativas nas áreas de biocombustíveis, hidrogênio verde e minerais críticos.

Opinião: Apesar dos compromissos globais para a redução de gases de efeito estufa e dos incentivos econômicos para a economia de baixo carbono, a indústria de petróleo e gás continuará resistente a essas pressões, por conta da sua rentabilidade e importância política, escreve o pós-doutorando da FGV-EBAPE e do PMJ College, Tércio Pinho Filho.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 25/10/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

ANEEL DEFINE BANDEIRA AMARELA PARA NOVEMBRO, E CONTAS DE LUZ TERÃO ALÍVIO NO PRÓXIMO MÊS

Dessa forma, haverá cobrança de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos

Por Eliane Oliveira — Brasília



Hidrelétrica de Jirau — Foto: Edílson Dantas/Agência O Globo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta sexta-feira que irá aplicar a bandeira amarela nas contas de luz em novembro. Isso representa um alívio nas tarifas pagas pelos consumidores, já que neste mês de outubro está sendo cobrada a bandeira vermelha 2.

Dessa forma, a cobrança passa dos R\$ 7,877 cobrados na bandeira vermelha, patamar 2, a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, para R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A medida vale para todos os consumidores de energia do país a partir de 1º de novembro — a bandeira só não é aplicada em Roraima, porque o estado está fora do sistema interligado de energia do país.

A decisão foi tomada em razão da melhora das condições de geração de energia no país, segundo a Aneel.

"Apesar da melhora das condições de geração da energia no país, as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios para os próximos meses ainda permanecem abaixo da média, indicando a necessidade de geração termelétrica complementar para atender os consumidores", afirma o texto.

A bandeira tarifária funciona como uma forma de sinalizar para o consumidor o custo real de geração de energia. Esse custo fica maior quando chove menos, porque é necessário acionar mais termelétricas.

A bandeira ficou verde de abril de 2022 até julho de 2024, quando foi interrompida com o anúncio da bandeira amarela, seguida de bandeira verde em agosto, vermelha, patamar 1, em setembro, e vermelha, patamar 2, em outubro.

O que são bandeiras tarifárias

O sistema, implantado em 2015, é uma forma diferente de apresentar um custo que já estava na conta de energia, mas que geralmente passava despercebido. Não existe, portanto, um novo custo, mas um sinal de preço que sinaliza para o consumidor o custo real da geração no momento em que ele está consumindo a energia, dando a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

Como era antes das Bandeiras?

As variações que ocorriam nos custos de geração de energia, para mais ou para menos, eram repassados até um ano depois, no reajuste tarifário seguinte, corrigido pela Selic.

O que significa cada cor e quanto custa?

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha - Patama 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,463 para cada quilowatt-hora kWh consumido.
- Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 7,877 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Fonte: *O Globo* - RJ

Data: 25/10/2024

AÇÕES DA VALE SOBEM 4% COM ACORDO SOBRE MARIANA E RESULTADOS FINANCEIROS

Lucro líquido do terceiro trimestre ficou em R\$ 13,4 bilhões, queda de 3,4% ante igual período de 2023, mas as receitas subiram 2% no mesmo período, para R\$ 53 bilhões

Por *Vinicius Neder* — Rio de Janeiro



Caminhões em mina de ferro da Vale no Pará — Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

Com menos de um mês no cargo, o presidente da Vale, Gustavo Pimenta, apresentou nesta sexta-feira resultados financeiros bem recebidos pelo mercado e pôde comemorar o acordo de reparação financeira pelo desastre ambiental de Mariana (MG), ocorrido em 2015. Perto do fechamento do mercado, pouco antes das 16h, a Vale saltava pouco mais de 4% na Bolsa.

O pregão reage tanto à confirmação do acordo sobre Mariana, firmado nesta sexta-feira em Brasília, quanto aos resultados financeiros, divulgados na noite de quinta-feira, quando o mercado já estava fechado. O lucro líquido do terceiro trimestre ficou em R\$ 13,4 bilhões, queda de 3,4% ante igual período de 2023, mas as receitas subiram 2% no mesmo período, para R\$ 53 bilhões.

Acordo de Mariana já reduziu o lucro

A queda no lucro foi em parte explicada pelo acordo sobre Mariana – o rompimento de uma barragem de rejeitos da Samarco, empresa cujo controle é dividido, meio a meio, entre a Vale e a BHP Billiton, outra gigante global da mineração, deixou 19 mortos na cidade mineira e arrastou um mar de lama pelo Rio Doce, até o litoral do Espírito Santo.

As mineradoras já vinham investindo em ações de reparação, mas um acordo formal com a União, governos estaduais e intermediação judicial foi firmado somente nesta sexta-feira. A compensação custará um total de R\$ 170 bilhões, como já havia sido anunciado – R\$ 38 bilhões já aplicados pelas empresas, enquanto a Samarco gastará mais R\$ 32 bilhões em obrigações e outros R\$ 100 bilhões em compensações serão pagos pelos próximos 20 anos.

Neste quarto trimestre, a Vale gastará R\$ 3,7 bilhões relacionados ao acordo da Samarco, informou a companhia, em teleconferência com analistas de mercado, nesta sexta-feira. No ano que vem, as despesas serão de R\$ 11 bilhões e, em 2026, ficarão em R\$ 6 bilhões, caindo gradualmente ano a ano.



Por isso, a Vale aumentou em US\$ 1 bilhão, para um total de US\$ 4,7 bilhões, as provisões para perdas relacionadas à Samarco em seu balanço financeiro. As provisões funcionam como uma “reserva” para perdas esperadas. Significa que a empresa separa, no balanço, um valor que estima que terá que gastar no curto e médio prazo. Mesmo que o gasto não tenha sido ainda efetivado, pelas regras contábeis, as provisões são abatidas do lucro final.

Cotação menor do minério de ferro atrapalha

Outro motivo para o lucro menor no terceiro trimestre foi a queda de 7,6% na geração de caixa (medida pelo Ebitda, sigla em inglês que significa ganhos antes de juros, impostos, depreciação e amortização), para R\$ 20,049 bilhões.

Esse recuo foi explicado pelas menores cotações globais do minério de ferro, de longe o principal produto da Vale. Mesmo assim, a geração de caixa do terceiro trimestre ficou acima do inicialmente estimado por alguns analistas, principalmente porque o volume de produção e vendas entre julho e setembro foi maior. Isso já havia sido informado no relatório de produção, divulgado semana passada, e se refletiu na alta de 2% das receitas.

Outro fator que permitiu à Vale registrar uma geração de caixa maior do que o inicialmente estimado por analistas foram custos menores. O indicador de custo mais usado pela mineradora ficou em US\$ 20,60 por tonelada de minério de ferro produzida, 6% abaixo do terceiro trimestre de 2023.

A Vale informou que, apenas em setembro, esse indicador de custo ficou em US\$ 18,20 por tonelada, o que indicaria uma tendência de queda para este quarto trimestre. Com isso, a Vale informou, no relatório sobre os resultados financeiros, que “está confiante” em atingir a banda inferior de sua meta para o indicador de custos, que vai de US\$ 21,50 a US\$ 23,00 por tonelada.

Para analistas, números são positivos

Volume de produção maior e custo menor sustentaram avaliações positivas sobre os resultados por parte de analistas de bancos de investimento. “O destaque foi o desempenho de custos”, diz um relatório do Itaú BBA, de antes da teleconferência sobre os dados. “No geral, a Vale divulgou resultados sólidos”, segundo um relatório do Santander, também anterior à apresentação da diretoria da Vale.

Ainda na manhã desta sexta-feira, os analistas do BTG Pactual destacaram os mesmos pontos positivos, mas demonstraram cautela em relação às perspectivas de médio e longo prazo para a mineradora brasileira.

“Observamos alguns desenvolvimentos positivos na história da Vale recentemente, como a melhora nas expectativas de volumes de minério de ferro e os avanços positivos em relação ao acordo da Samarco”, diz o relatório do BTG, assinado por Leonardo Correa e Marcelo Arazi, para em seguida citar algumas “incertezas”: “A situação macroeconômica da China continua vulnerável (apesar das discussões recentes sobre estímulos), o que pressiona todo o complexo de aço e cria uma sobrecarga significativa para os preços do minério de ferro”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2024

EM UM MÊS, AUTORIDADE BRASILEIRA DE DADOS ABRE MAIS INVESTIGAÇÕES CONTRA EMPRESAS DO QUE EM QUATRO ANOS

Recursos limitados travam a capacidade da ANPD de manter o ritmo de apurações de outubro, quando mais processos foram abertos do que em todo o ano anterior. Caso é 'extraordinário', segundo autarquia

Por Juliana Causin — São Paulo



Fiscalizar e apurar a conduta de empresas em casos de comprometimento de dados pessoais, como vazamentos de informações ou ataques hackers, é uma das principais funções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Em outubro, um caso considerado "extraordinário" pela própria entidade levou à abertura de um número inédito de fiscalizações, mais do que o apurado em quatro anos de existência da autarquia.

Nas duas primeiras semanas de outubro, a ANPD deu início a 21 processos de apuração de incidentes de segurança, que se somaram a outros dez procedimentos abertos desde janeiro deste ano. Ao todo, são 31 abertos em 2024.

No ano passado inteiro, em comparação, apenas uma apuração foi instaurada. Entre 2021 e 2023, foram apenas 15 procedimentos ao todo, metade do número registrado nos últimos dez meses.

A intensificação da atuação, que chamou a atenção de escritórios de advocacia que lidam com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), chegou a levantar especulações se a autoridade iria endurecer sua atuação fiscalizatória daqui para frente, algo que não deve acontecer, segundo a própria ANPD. O caso também levanta discussões sobre as limitações que a autoridade de dados enfrenta.

Quase todos os processos de investigação de incidentes são mantidos sob sigilo, com poucas exceções. No portal da ANPD, é possível, em alguns casos, identificar quem são os investigados. A onda mais recente de apuração envolve empresas do setor de saúde, como Unimed Sorocaba, Unimed Franca, Hospital Infantil Sabará e MV Saúde Digital.

Desde janeiro, também foram abertos dois processos que têm a Caixa Econômica Federal como foco e um com incidentes envolvendo o INSS.

O evento que acelerou o ritmo de processos instaurados foi uma denúncia de incidente com uma empresa de softwares no setor de saúde, que atingiu quatorze clientes. A autarquia, no entanto, não dá detalhes da ocorrência por "impedimentos legais" e porque "não comenta incidentes que não sejam públicos".

— Não é porque a gente é mal ou não gosta de compartilhar, é que se a gente começa a abrir (as informações), nenhuma empresa vai mais nos notificar sobre incidentes — justifica Fabricio Guimarães Madruga Lopes, coordenador-geral de Fiscalização da autoridade de dados. — Preferimos ser mais restritos e receber mais comunicados (espontâneos das empresas) do que adotar uma lógica de transparência que pudesse inibir o número de notificações.

Em operação desde novembro de 2020, quando teve os primeiros diretores indicados, a ANPD foi constituída para regulamentar e fiscalizar a aplicação da LGPD. Desde 2021, recebeu mais de 1.063 comunicados de incidentes de segurança, que são enviados pelas próprias instituições ou empresas quando sofrem vazamentos, ataques cibernéticos ou outros tipos de falhas que comprometem a integridade, confidencialidade ou disponibilidade dos dados pessoais.

Em quatro anos, uma empresa multada

O recebimento dessas comunicações é fundamental para atuação da autoridade, que tem uma abordagem regulatória "responsiva", ou seja, que age em resposta a comunicações feitas por empresas ou denúncias de incidentes.

Cabe à autarquia avaliar o risco ou dano aos titulares de dados em cada caso para então determinar se é necessária a abertura de um processo sancionador, que pode gerar multa.

Quando a ANPD descobre por outros meios um incidente sobre o qual não foi comunicada pelas empresas, é então aberta a apuração de incidentes de segurança, como no caso do último mês. Com os novos procedimentos, a autarquia soma 46 investigações desse tipo desde que foi criada.



Lopes defende que a abordagem tem sido eficaz, já que a maioria das empresas que comunica incidentes à ANPD segue as orientações da autoridade, o que evita a necessidade de processos sancionadores.

No caso de processos que apuram conformidade da LGPD, a entidade soma um total de 17 processos em andamento. Meta e X, por exemplo, são investigadas pelo uso de dados em treinamentos de IA, enquanto bancos como Itaú, Santander e Bradesco enfrentam apurações relacionadas a dados para empréstimos consignados.

Em quase quatro anos de atuação, no entanto, apenas uma empresa foi multada por violação à lei de dados, em um caso distante das big techs ou de grandes bancos. O alvo foi uma microempresa de telecomunicações chamada Telekall Infoservice. A sanção aconteceu em 2023, com uma multa de R\$ 14,4 mil.

Apenas 20 pessoas para investigar

A advogada especialista em direito digital Nuria López, cofundadora da Technoethics e sócia da Daniel Advogados, avalia que a atuação da ANPD ainda é marcada por uma abordagem mais orientativa do que punitiva, especialmente quando comparada à realidade europeia, cuja legislação de proteção de dados inspirou a LGPD.

— Na Europa, as multas foram aplicadas com muito mais facilidade, diferente do que aconteceu no Brasil. Quando a ANPD se constituiu, muita gente imaginou que eles iriam começar pelas grandes empresas, mas não foi essa a postura. Nesses primeiros anos, ela parece ter um caráter mais orientativo do que pouco punitivo — diz López, que levantou as informações sobre a evolução de processos de abertura de incidentes feitos pela ANPD e mapeou as apurações a pedido do GLOBO.

Um dos problemas para a aplicação de sanções pela ANPD eram as lacunas normativas, ressalta Bruno Bioni, fundador e diretor da Data Privacy Brasil.

Só no ano passado, por exemplo, a autarquia definiu como seria a dosimetria das sanções, ou seja, o critério utilizado para calcular o valor e a gravidade das penalidades aplicadas, lembra ele.

— Você precisa ter essas normas para que, durante esses processos de investigação e sanção, as regras estejam previamente estabelecidas, de forma a evitar uma discricionariedade do órgão regulador — diz Bioni, que ressalta que, apesar de ter quatro anos, a ANPD só se tornou uma autarquia em 2022, quando obteve uma independência técnico administrativa maior, como Anatel e a Anvisa.

Apesar de normativas mais claras e de um mês com mais abertura de processos do que aconteceu em todo o tempo de atuação da ANPD, a própria autarquia não indica que irá intensificar suas atividades fiscalizatórias proativas - ao menos enquanto seguir com a estrutura atual.

— Não dá para dizer (a partir dos casos de outubro) que a ANPD vai mudar sua prática e passar a fazer isso de maneira contínua — afirma o coordenador-geral de fiscalização da autoridade. — Eu hoje trabalho com 20 pessoas (na equipe de fiscalização), que cuidam de requerimento, denúncia, mapeamento, incidente de segurança e fiscalizações em si. Para a ANPD atender tudo o que o Brasil precisa, teríamos de ter mais gente. Eu diria que estamos no auge da nossa capacidade produtiva.

Atuação 'efetiva'

Atualmente, a ANPD tem apenas um processo sancionador em andamento na primeira instância da Justiça, além de outros dois na segunda instância, de acordo com Lopes. Todos os casos envolvem empresas públicas, que não podem ser multadas.

A estrutura atual da autarquia, incluindo terceirizados, é de 180 pessoas. O coordenador espera que a autarquia ainda atinja uma estrutura robusta o suficiente para que possa "ir atrás" dos incidentes, e não apenas "esperar até que seja procurada".

Para Lucas Belli, professor da FGV Direito Rio e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV, enquanto não houver um redimensionamento da estrutura e recursos para a ANPD, vai ser difícil ver uma atuação "efetiva":

— Parece extremamente difícil que eles possam cumprir com o leque enorme de tarefas que têm com os recursos hoje disponíveis. Mas poderiam ser mais proativos e mais contundentes, para que haja a preocupação de que, em caso de descumprimento, as empresas vão ser punidas.

Em nota, a Unimed em Franca afirmou que não recebeu notificação da ANPD, enquanto a unidade da cooperativa em Sorocaba informou que prestou os esclarecimentos à autarquia. Segundo o Hospital Infantil Sabará, a vulnerabilidade aconteceu em um software de um terceiro, e não gerou vazamento de dados.

A MV Saúde Digital, que fornece serviços de tecnologia, explicou que houve um incidente de segurança em um de seus programas, mas reforçou que não houve acesso às informações. O INSS destacou que está recorrendo à medida sancionatória aplicada pela autoridade de dados.

A Caixa, em nota, afirmou que houve recebido pedido de esclarecimentos pela ANPD após a veiculação de informações sobre um suposto vazamento de dados do FGTS. Depois de prestar esclarecimentos, o caso foi arquivado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2024

EMPRESÁRIOS QUEREM DEFINIÇÃO SOBRE MERCADO DE CARBONO

Executivos defenderam a criação de um preço para o carbono. O B20, fórum empresarial vinculado ao G20, lança nesta sexta-feira uma plataforma para alavancar iniciativas sobre o tema

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



Mesa de empresários e líderes dos GTs do B20 discutiram, entre outros pontos, o mercado de carbono — Foto: Divulgação/CNI

expansão de iniciativas sobre o tema.

O mercado de carbono foi uma das principais demandas do empresariado que integra o Business 20 (B20), fórum associado ao G20, que reúne as vinte maiores economias do mundo. O B20 lança nesta sexta-feira, durante o B20 Summit Brasil em São Paulo, o Centro de Excelência em Carbono, programa que apoia empresas e governos na

A meta é aumentar a cooperação internacional para estabelecer um mecanismo de compensação de carbono mundialmente adotado, alinhado às diretrizes do Acordo de Paris que preveem a redução nas emissões de gases nocivos ao meio ambiente. Dezessete das 42 recomendações do B20 Brasil à liderança do G20 estão relacionadas a essas orientações.

Segundo a Associação Internacional de Comércio de Emissões (IETA), o mercado de carbono pode levar a uma economia de US\$ 250 bilhões por ano até 2030, otimizando recursos e acelerando a inovação em processos produtivos verdes.

Ricardo Mussa, CEO da Raízen e chair do B20 Brasil para a área de Transição Energética e Clima, disse considerar necessário criar “prêmios” para aqueles que produzem energia de maneira mais eficiente e sustentável.



Ricardo Mussa, CEO da Raízen — Foto: Divulgação/CNI

Em 2024, pela primeira vez, o setor privado apresentou suas propostas antes da cúpula dos líderes do G20, marcada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. O comunicado traz recomendações sobre finanças, transição energética, diversidade, emprego e transformação digital. Um dos pontos centrais é acelerar os investimentos na transição para uma economia de baixo carbono.

— Precisamos de mercados de carbono. Precisamos de mercados para abordar e pagar prêmios quando temos energia mais eficiente sendo produzida em todo o mundo — disse Mussa.

Na quinta-feira, Jean-Pierre Clamadieu, presidente do Conselho de Administração da Engie, e Patrícia Espinosa Cantellano, CEO da onepoint5, consultoria internacional focada em metas de sustentabilidade, já haviam defendido a importância de se estabelecer um preço para o carbono.

— Finanças é a parte principal das mudanças climáticas. O futuro da humanidade depende das estratégias financeiras que podemos criar para enfrentar as mudanças climáticas. Há um papel das instituições financeiras internacionais e dos bancos nacionais de desenvolvimento, que podem contribuir para os investimentos, para garantir que haja financiamento em todos os países. Devemos também criar um preço para o carbono, o que não conseguimos fazer ainda — disse Patrícia.

O GT comandado por Mussa também recomendou triplicar a energia renovável até 2030, além de aumentar o uso de biocombustíveis, que já estão amplamente disponíveis. Outras sugestões incluem a melhoria da eficiência energética e a ampliação das Soluções Baseadas na Natureza (SbN), em linha com o Acordo de Paris.

O mercado de carbono também aparece nas recomendações do GT Sistemas Alimentares, liderado por Gilberto Tomazoni, CEO da JBS. Ele destacou a importância da agricultura regenerativa e da bioeconomia, temas que preveem assistência técnica agrônômica e modelos financeiros inovadores para apoiar os agricultores na transição. O GT também propôs o fortalecimento do comércio agrícola multilateral e a implementação de pagamentos por serviços ambientais via crédito de carbono.

Mudanças no mercado de trabalho

Outros temas presentes na mesa dos chairs do B20 foram a transformação digital e as mudanças no mercado de trabalho. Fernando de Rizzo, CEO da Tupy e líder da força-tarefa de Transformação Digital do B20, ressaltou a importância de reduzir a lacuna de habilidades digitais e sugeriu aprimorar o aprendizado online personalizado.

Já Walter Schalka, membro do Conselho de Administração da Suzano e chair de Emprego e Educação do Brasil, destacou a necessidade de adaptar o arcabouço trabalhista às novas demandas da economia. O GT propôs incentivos financeiros para programas de requalificação profissional e atualização legislativa para reconhecer novas formas de trabalho.

— Podemos melhorar a educação através de apenas duas grandes medidas: as escolas de período integral e o ensino digital desde os primeiros anos [...] — Precisamos também de creches acessíveis desde o nascimento. Isso é essencial para as mulheres.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2024

GOVERNO QUER LIMITAR NÚMERO DE BOTIJÕES POR FAMÍLIA EM NOVO VALE-GÁS

Formato do benefício proposto pelo governo ao Congresso gera polêmica
Por Thaís Barcellos — Brasília



Projeto prevê mudanças no vale-gás — Foto: Guito Moreto

Uma das ideias em discussão no Ministério da Fazenda para o novo formato do vale-gás inclui a limitação do número de botijões a que cada família beneficiária teria acesso, considerando o tamanho de cada uma delas. A avaliação é que não faz sentido uma família com três pessoas receber o mesmo que aquelas que têm oito membros, por exemplo.

Hoje, o vale-gás é um valor extra pago a cada dois meses para beneficiários do Bolsa Família. Por ideia do Ministério de Minas e Energia, o governo propôs ao Congresso, neste ano, um novo formato para o programa que prevê a distribuição de botijão de 13 quilos no lugar de um pagamento extra.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 25/10/2024

UMA DAS PRIORIDADES DO G20, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA É UM DOS CARTÕES DE VISITA DO BRASIL. VEJA POR QUÊ

Pesquisas brasileiras com uso das ondas do mar e hidrogênio de etanol podem contribuir para a descarbonização

Por Camilla Muniz — Rio



Usina-piloto de energia produzida a partir do movimento das ondas do mar, no Ceará. Próximo passo é testar o sistema na Ilha Rasa, na costa carioca — Foto: Divulgação GERO/Coppe/UFRJ

Uma das prioridades da presidência brasileira no G20, o debate sobre desenvolvimento sustentável colocará em pauta durante a cúpula de chefes de Estado, em novembro, no Rio, temas como transição energética e combate a mudanças climáticas. Há diversos estudos em andamento no Brasil com foco, por exemplo, em

descarbonização e energias renováveis.

A fim de oferecer uma perspectiva científica às autoridades que estarão reunidas no Rio, o S20 — grupo de engajamento do G20 para a área de ciência e tecnologia, formado pelas academias nacionais de ciências dos países-membros do G20 — formulou uma série de recomendações sobre o processo de transição energética.

Entre elas, estão a utilização de fontes de energia oceânica para geração de eletricidade; a implementação de processos de reciclagem em sistemas de energia renovável para torná-las mais limpas e sustentáveis; e o emprego de biocombustíveis e hidrogênio, sobretudo no setor de transportes e na indústria pesada.

— A ciência tem domínio sobre diversas possíveis soluções para a transição energética. Mas elas precisam ser economicamente viáveis e dependem de políticas governamentais, investimentos de empresas e aceitação da população para serem implementadas. Então, os países têm que sinalizar em que direção querem ir, porque isso estimula a indústria a caminhar no mesmo sentido e colocar dinheiro em pesquisas, além de mobilizar as pessoas para a construção de uma sociedade rumo ao futuro que foi delineado — analisa o coordenador da força-tarefa Transição Energética do S20,

Alvaro Prata, que também é diretor da Academia Brasileira de Ciências (ABC), diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Um campo de estudo ainda recente é o das energias renováveis do oceano. Ondas, marés, correntes, os gradientes de salinidade e térmico da água (variação de temperatura entre a superfície e uma determinada profundidade) servem de recursos para a geração de eletricidade, a partir da instalação no mar de tecnologias de conversão de energia.

Energia das ondas

O espaço marinho também pode ser aproveitado para a construção de usinas eólicas e solares offshore, com sistemas flutuantes onde se colocam turbinas eólicas que aproveitam ventos mais constantes e intensos, ou painéis solares com placas de maiores dimensões.



USP: Carro a hidrogênio verde a partir de etanol — Foto: Divulgação/RCGI-USP

Pesquisadores do Grupo de Energia Renovável no Oceano (GERO), vinculado ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Coppe/UFRJ, estão à frente de um projeto que visa instalar uma planta-piloto de conversão de energia das ondas em eletricidade na Ilha Rasa, localizada no litoral da Zona Sul carioca, próximo às Ilhas Cagarras. A

capacidade será de 50 kW.

Experimentos laboratoriais já foram concluídos. Agora estão sendo coletados dados nos arredores da ilha.

— Em termos mundiais, essa tecnologia está em fase pré-comercial, de construção de protótipos e demonstrações. Quem conseguir dominá-la fará avanços muito grandes, porque trata-se de uma energia limpa e renovável. As empresas que mais têm mostrado interesse nessas inovações são as de óleo e gás, que querem descarbonizar suas operações — diz Segen Estefen, coordenador do GERO e diretor-geral do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas (INPO).

Em outro projeto de pesquisa, em parceria com uma petrolífera chinesa, está sendo desenvolvida uma estrutura flutuante para comportar uma usina eólica em alto-mar, com capacidade de geração de 15 MW em áreas onde a profundidade ultrapassa mil metros.

A ideia é que a unidade, em caso de aplicação comercial, possa suprir a demanda de eletricidade em campos de petróleo offshore. A preparação dos modelos para testes deve começar no segundo semestre de 2025.

Segundo Estefen, também é possível construir usinas de conversão em profundidades menores e usar as energias renováveis do oceano para alimentar a rede de distribuição de energia no continente, fornecendo eletricidade para a população em geral.

— A maior vantagem das energias renováveis do oceano é que elas são democráticas. Diversos países podem fazer uso porque o mar oferece essa possibilidade. O desafio é torná-las economicamente viáveis. Cientificamente, estamos em uma fase de agregação de tecnologias e otimização de processos para que elas tenham um custo mais competitivo — diz o pesquisador.

No Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa (RCGI, na sigla em inglês), sediado na Universidade de São Paulo (USP), um projeto pioneiro de produção de hidrogênio renovável a partir de etanol entrará em fase de testes nas próximas semanas. A ideia é fazer uma prova de conceito, usando o gás como combustível para um ônibus e dois carros que circularão pelo campus.

Coordenador da pesquisa, o diretor-científico do RCGI, Julio Meneghini, explica que o hidrogênio tem enorme potencial em transportes. Automóveis movidos a hidrogênio precisam de uma quantidade menor de baterias do que os elétricos convencionais, o que os torna mais leves. E o abastecimento com o gás pode ser feito em apenas cinco minutos, enquanto um carro elétrico leva cerca de oito horas.



Vista aérea da pirâmide solar de Curitiba, que fornece energia para instalações municipais — Foto: Ricardo Mapajó / Prefeitura de Curitiba

Preocupados com os resíduos na transição, pesquisadores do Grupo de Pesquisa Estratégica em Energia Solar (Fotovoltaica) da UFSC desenvolveram uma solução que permite reutilizar baterias descartadas de carros elétricos. Os cientistas estudaram um jeito de reaproveitar as baterias em sistemas estacionários de armazenamento de energia (ou seja, que não precisam se mover).

As baterias descartadas ganham uma segunda vida em diversas aplicações, como refrigeradores de vacinas contra a Covid-19 usados em regiões da Amazônia sem luz.

Reúso de baterias

Na solução dos pesquisadores, em teste há cerca de um ano, as baterias de lítio que seriam descartadas armazenam energia solar durante o dia para ser empregada na recarga dos carros, o que não só viabiliza como barateia o processo.

— O Brasil precisa estimular mais pesquisas e capacitar recursos humanos. Investimentos em ciência e tecnologia são importantes para que o país participe do processo de transição energética não só como consumidor de inovações tecnológicas, mas também como desenvolvedor delas — afirma Ricardo Rütther, professor da UFSC e coordenador do Fotovoltaica.

* **Camilla Muniz, especial para o GLOBO**

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/10/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

POR QUE GIGANTES DA LOGÍSTICA ESTÃO COMPRANDO TERMINAIS PORTUÁRIOS NO BRASIL

CMA CGM e MSC querem ampliar presença no setor brasileiro e reduzir os custos de transportes; as duas negociações envolvem R\$ 10,6 bilhões

Por *Elisa Calmon (Broadcast)*

Com apenas um mês de intervalo, dois dos principais operadores portuários de contêineres no Brasil foram vendidos para gigantes do transporte marítimo global. Após a compra da Santos Brasil pela francesa CMA CGM, anunciada no final de setembro, a Wilson Sons anunciou acordo com a suíça MSC, no início desta semana. Além da tendência de verticalização do setor, a falta de capacidade portuária, que eleva os preços para as empresas de transporte marítimo no Brasil, estão por trás desta tendência, segundo especialistas.

No caso da Wilson Sons, a proposta da SAS Shipping Agencies Services Sàrl, subsidiária da MSC, é de compra de 56,47% do capital da companhia, por R\$ 4,3 bilhões. No final do mês passado, a CMA

CGM comprou a fatia de 48% do Opportunity na maior operadora portuária de contêiner do porto santista, a Santos Brasil, por R\$ 6,3 bilhões.

Os dois ativos estavam no mercado há algum tempo, com diferentes compradores no radar. Julio Favarin, sócio fundador da Garín Partners, assessoria financeira especializada em Infraestrutura, atribui o fato das duas operações terem saído do papel a dois principais fatores.

O primeiro deles é o preço dos fretes marítimos terem disparado desde a pandemia, o que gerou mais caixa para armadores e permitiu intensificar aquisições, com destaque para ativos de operação portuária.



Terminal portuário Santos Brasil vendido para a CMA CGM Foto: Divulgação/Porto de Santos

Do ponto de vista local, o especialista destaca a pouca oferta de espaço portuário que, apesar de ser um problema global, tem se mostrado ainda mais crítico no Brasil. Para ilustrar, Favarin cita que o Porto de Santos, o principal do País e da América do Sul, já tem operado acima da capacidade, o que leva mais movimentação para outros terminais, incluindo os da Wilson Sons na Bahia e no Rio Grande do Sul.

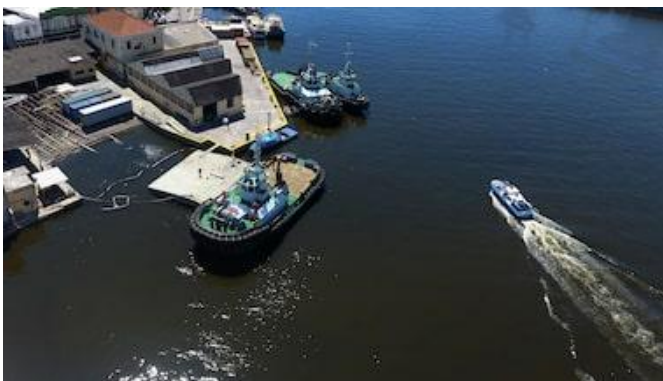
A demanda maior do que a oferta gera também um aumento significativo nos preços pagos pelos armadores, empresas responsáveis pelo transporte marítimo, aos operadores responsáveis pela administração dos portos. Sem a perspectiva de uma melhora nesta dinâmica no curto prazo, a compra das operações portuárias fica mais atrativa para os armadores.

“A percepção de custos para os próximos anos justifica uma aquisição. Se o transportador precisa pagar muito mais para atuar em um terminal operado por terceiros, faz mais sentido ter um ativo próprio sobre o qual ele tenha mais gerência e possa garantir capacidade”, afirma Favarin.

Otimização

Os altos níveis de utilização interferem também na previsibilidade das operações, complementa o diretor-gerente da consultoria Solve Shipping Intelligence, Leandro Barreto. “É natural que os armadores queiram avançar sobre esse elo da cadeia que tem sido o calcanhar de Aquiles deles. É um movimento de defesa contra a falta de capacidade”, diz.

O consultor também vê benefícios setoriais vindos da operação. “Quando os armadores fazem esse tipo de aquisição, vêm com uma postura bastante importante de investimentos e expansão de capacidade, que é tudo que o Brasil está precisando”, acrescenta.



Fabrizio Pierdomenico, consultor e ex-secretário nacional de Portos, ressalta que, com a compra de terminais portuários, as empresas de navegação conseguem potencializar o resultado nas duas pontas, tanto do navio como da operação do terminal. “Em tese, esta verticalização traz escala, o que, baixa custos e aumenta a competitividade do terminal”, avalia.

MSC tem acordo para comprar Wilson Sons Foto: Fabio Motta/Estadão

Há quase 190 anos no mercado, a Wilson Sons atende mais de 5 mil clientes, incluindo armadores, importadores e exportadores, indústria de energia offshore, projetos de energia renovável, setor do



agronegócio, segundo a companhia. O portfólio inclui terminais de contêineres na Bahia e no Rio Grande do Sul, 80 rebocadores, 23 embarcações de apoio offshore com bandeira brasileira, duas bases de apoio offshore na Baía de Guanabara (RJ), um centro logístico alfandegado em Santo André (SP) e dois estaleiros no Guarujá - SP.

A Santos Brasil opera hoje um dos maiores terminais de contêineres da América Latina, o Tecon Santos. Também em terminais em Vila do Conde, no Pará, e Imbituba, em Santa Catarina. No ano passado, a empresa faturou cerca de R\$ 2,1 bilhões, um crescimento de 10% em relação a 2022.

Verticalização e Cade

O processo de verticalização, que consiste na mesma empresa atuando como armadora e operadora portuária, é alvo de controvérsias entre especialistas. Por um lado, há o argumento de que esta é uma tendência global e natural do mercado. Contudo, críticos apontam problemas de concentração que podem afetar negativamente a competitividade.

A falta de consenso sobre o tema pode vir à tona na avaliação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que precisa aprovar a compra da Wilson Sons pela MSC e da Santos Brasil pela CMA. As duas empresas já têm participações no setor portuário brasileiro. No caso da MSC, a companhia é sócia indireta de outro terminal de contêineres no Porto de Santos, a BTP.

Favarin, da Garín Partners, ressalta que, apesar de não ser possível prever a leitura do órgão antitruste, o debate sobre a verticalização é histórico. “Pela importância do tema da verticalização para o setor, tenho dúvidas se a discussão no Cade será simples”, avalia o consultor.

Pierdomenico considera que a pauta, que deve seguir gerando discussões, precisará ser analisada com cuidado para evitar concentração de mercado. Contudo, considera que “a legislação e regulação são maduras suficientes para prevenir qualquer tipo de afronta à concorrência”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/10/2024

CINCO PONTOS CITADOS PELO CEO DA VALE EM SUA PRIMEIRA ENTREVISTA

Transição energética, controle de custos e negociações com o governo foram abordadas por Gustavo Pimenta um dia após a divulgação dos resultados do 3º trimestre e no dia do acordo de Mariana

Por Denise Luna (Broadcast) e Altamiro Silva Junior (Broadcast)

RIO E SÃO PAULO - Em sua primeira videoconferência com analistas para comentar os resultados da Vale como presidente da empresa, nesta sexta-feira, 25, um dia após a divulgação do balanço do terceiro trimestre, Gustavo Pimenta deixou claro as suas prioridades. Falou sobre temas estratégicos para a companhia, como as apostas para aumentar a participação na transição energética. Ressaltou a busca de corte de custos, tema a que já se dedicava no cargo anterior, como vice-presidente financeiro. Abordou também a questão de negociações com o governo federal de temas pendentes, como a renovação de concessão de trens, e celebrou o fim de um impasse de quase nove anos, no dia da assinatura do acordo de Mariana, além de falar sobre a política em relação a outras barragens. Confira abaixo o que o CEO falou sobre cinco temas.

Apostas em metais da transição energética

Pimenta disse que a mineradora quer ser líder no segmento de metais da transição energética, como cobre e níquel. A meta, segundo o CEO, é melhorar o mix desses produtos e acelerar o crescimento da produção principalmente de cobre, com custos cada vez menores.

“Reduzimos mais uma vez o guidance (tendência) do custo all-in (o custo total para um cliente) do cobre”, informou Pimenta, ressaltando que prevê entregar o guidance de produção de 2024 no limite superior.

A Vale atualizou a sua estimativa de custo all-in de cobre em 2024 para entre US\$ 2.900 e US\$ 3.300 por tonelada. A projeção anterior girava entre US\$ 3.300 e US\$ 3.800.

Sobre o níquel, metal crítico para a transição energética, o executivo afirmou que há um espaço grande no mercado. “Mas a gente precisa ter o portfólio correto de níquel, a depender das condições de mercado, sendo flexível para navegar por qualquer ciclo também”, disse Pimenta.

De acordo com o CEO da Vale Metais Básicos, Shaun Usmar, a Vale já tem passado por algumas melhorias no custo unitário do níquel, tem manutenções programadas e ressaltou que estão sendo feitos investimentos na área.



Pimenta quer 'levar a companhia para a parte inferior da curva de custos' Foto: Divulgação/Vale

Corte de custos

Pimenta disse que o objetivo é levar a companhia para a parte inferior da curva de custos.

“Quanto mais eu olho a nossa base de custo mais confiante estou na nossa condição de chegar nesse guidance (abaixo de US\$ 20 a tonelada até 2025), vai ser uma prioridade-chave para mim. Temos visto muita melhoria na nossa capacidade de retirar custos do sistema operando melhor”, disse Pimenta, citando ainda programas de eficiência concomitantes “que estamos fazendo e que também estão amadurecendo”, completou.

“Estamos partindo para o nosso sólido progresso para desenvolver a Visão Vale 2030, que pretendemos detalhar no nosso Vale Day no início de dezembro”, disse Pimenta, ressaltando que o movimento parte de três pilares.

O primeiro pilar é a manutenção do foco em segurança e excelência operacional para melhorar a competitividade; o segundo se refere a um portfólio superior, “vamos acelerar a nossa estratégia de minério ferro premium”; e o terceiro é mostrar aos stakeholders (públicos de interesse) que a empresa é confiável.

Nosso objetivo é produzir cerca de 350 milhões de toneladas de ferro, dos quais 80% a 90% serão produtos de alta qualidade”, informou. “Temos uma plataforma única de metais básicos com chance de crescimento muito grande”, adicionou.

Acordo de Mariana

Ao falar sobre o acordo de reparação da tragédia ocorrida em 2015 em Mariana (MG), assinado nesta sexta-feira, 25, o CEO da Vale reafirmou que a jurisdição correta de negociação é o Brasil (e não o Reino Unido, onde corre um julgamento relativo à empresa BHP, sócia da Vale na Samarco, cuja represa se rompeu na cidade mineira).

“A decisão de se assinar o acordo hoje é um passo importantíssimo, nós sempre acreditamos, e hoje conseguimos corroborar isso, que a jurisdição correta para se fazer o acordo é o Brasil e conseguimos isso de forma exitosa”, afirmou, durante videoconferência com analista para comentar o resultado do terceiro trimestre do ano.

O governo federal formalizou no evento o compromisso firmado com as empresas para o pagamento de R\$ 100 bilhões em recursos novos destinados a políticas de reparação socioambientais. Esse valor será destinado ao Poder Público ao longo de 20 anos.

Além disso, há R\$ 32 bilhões em obrigações a fazer, diretamente pelas empresas. Ou seja, são R\$ 132 bilhões em valores novos e R\$ 38 bilhões já desembolsados via Fundação Renova, totalizando o valor global de R\$ 170 bilhões.

Eliminação de barragens à montante

Pimenta afirmou que a mineradora segue com a meta de eliminar todas as barragens à montante (esse tipo de barragem tem os seus rejeitos depositados nela mesmo, formando uma “praia” de resíduos da mineração) no Brasil, e afirmou que o acordo oficializado nesta sexta-feira com o governo, em Brasília, sobre o total de R\$ 170 bilhões para reparação dos danos decorrentes da tragédia de Mariana, Minas Gerais, foi uma solução benéfica para todos.

“O dia de hoje marca capítulo importante da nossa história, com assinatura do acordo, que reforça o compromisso da Vale com a reparação justa. Chegamos a uma solução benéfica para todas as partes. O acordo de Mariana confirma que instituições brasileiras são sólidas”, disse Pimenta.

Renovação de concessões de trens

A mineradora e o governo, segundo Pimenta, estão avançando nas conversas para a renovação das concessões dos trens usados pela mineradora. A expectativa é de que haja uma solução para o caso até o final deste ano.

“Temos avançado”, disse Pimenta, ao responder a uma pergunta de um analista na teleconferência de resultados. “Tem alguns procedimentos jurídicos que devem ser seguidos. Mas esperamos que até o final do ano a gente consiga resolver essa discussão.”

Na terça-feira, 22, o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse que o governo federal está próximo de fechar o acordo com a Vale para o pagamento de outorgas não quitadas na renovação antecipada de ferrovias. “Será neste ano com certeza”, afirmou ao Estadão/Broadcast.

A mesa de negociações foi formada no início do ano e, em maio, conforme antecipou o Estadão/Broadcast, a companhia apresentou a proposta de R\$ 16 bilhões. O governo, que inicialmente cobrava R\$ 25,7 bilhões, pediu uma nova proposta à companhia. O novo valor, segundo Renan Filho, é próximo de R\$ 20 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/10/2024

CHUVAS MAIS INTENSAS PODEM PERMITIR BANDEIRA TARIFÁRIA AMARELA EM NOVEMBRO

Se isso ocorrer, cobrança adicional na conta de luz cairá dos atuais R\$ 7,877, da bandeira vermelha patamar 2, para R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos

Por Luciana Collet (Broadcast)

As chuvas registradas nos últimos dias em bacias hidrográficas importantes para o setor elétrico brasileiro e a perspectiva de significativo volume de precipitações nos primeiros 20 dias do próximo mês devem propiciar o acionamento da bandeira amarela em novembro, segundo especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast. O dado oficial deve ser anunciado ainda nesta sexta-feira pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



Na prática, isso significa que a cobrança adicional na conta de luz cairá dos atuais R\$ 7,877 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos da bandeira vermelha patamar 2, em vigor em outubro, para R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. A bandeira amarela foi acionada a última vez em julho deste ano.

Nova bandeira tarifária será definida nesta sexta-feira Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Se confirmada a bandeira amarela, resultará em um alívio de 0,29 ponto porcentual no IPCA, segundo a estrategista de inflação da Warren Investimentos, Andréa Angelo.



A perspectiva é mais otimista do que a mantida até a semana passada, quando boa parte do mercado apontava para a perspectiva de acionamento da bandeira vermelha patamar 1, com cobrança de R\$ 4,463 para cada 100 kWh consumidos. Neste caso, segundo Angelo, o impacto no IPCA seria de 0,17 ponto porcentual.

O líder de inteligência de mercado da consultoria PSR, Mateus Cavaliere, explica que anteriormente as previsões para hidrologia estavam um pouco mais pessimistas. Com a formação de chuvas, principalmente no Sul e Sudeste, aumentou a probabilidade de bandeira amarela em novembro. “Ainda está um pouco dividido dentro dos cenários que projetamos, entre (bandeira) amarela e vermelha 1, mas com um pé um pouco maior para que realmente se concretize a bandeira amarela para novembro”, disse ao Broadcast Energia.

A consultoria Thymos Energia também prevê o acionamento da bandeira amarela em novembro. A diretora de Regulação e Estudos de Mercado da empresa, Mayra Guimarães, explica que o volume de água que chega aos reservatórios das hidrelétricas da região Sudeste já apresentou elevação desde meados de outubro e as projeções de chuvas para as próximas semanas estão favoráveis em comparação com previsões anteriores. “Diante desse cenário, nossas estimativas indicam uma redução significativa no PLD a partir de novembro, com tendência de queda nos meses seguintes”, afirmou.

O preço de liquidação das diferenças (PLD), valor da energia elétrica calculado por modelos computacionais do setor, é um dos principais fatores de definição da bandeira tarifária. Projeções da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizadas nesta semana estimaram um PLD da ordem de R\$ 324 por megawatt-hora (MWh) para novembro, o que configuraria a bandeira amarela.

O outro fator considerado na definição das bandeiras é o risco hidrológico, também conhecido pelo acrônimo GSF, uma medida que analisa a relação entre o volume de energia efetivamente produzido e a garantia física de cada usina, ou seja, um fator que indica quanto de fato cada hidrelétrica gera, a despeito de sua capacidade.

Cavaliere, da PSR, explica que também o GSF contribui positivamente para uma bandeira tarifária com menor custo adicional, tendo em vista a sazonalidade, uma vez que, com o início do período chuvoso, o indicador também passa a um patamar mais alto do que o observado nos últimos meses. “O GSF também, junto com a redução do PLD, ajuda nessa virada de chave das bandeiras”, resumiu.

Estimativa da CCEE indicava um GSF na casa dos 84% para novembro, acima dos 69% considerados em outubro.

Dezembro

Para o último mês do ano, os especialistas apontam a possibilidade de manutenção da bandeira amarela ou até mesmo o acionamento da bandeira verde, sem cobrança adicional na conta de luz. Eles aguardam, porém, a efetiva realização das chuvas ao longo do próximo mês para ter uma maior clareza.

A Thymos mantém na projeção a bandeira amarela, e a redução ao patamar verde apenas em janeiro. Guimarães afirma, porém que há possibilidade de bandeira verde já a partir de dezembro, a depender da performance das afluições”.

Cavaliere tem a mesma avaliação, mas também não descarta um piora da condição de hidrologia que leve à bandeira vermelha 1. “Estamos num ponto de muita inflexão, um ponto muito volátil. Se tiver uma frustração de chuva em novembro, a gente pode voltar para a situação de vermelha 1, em dezembro. Mas a tendência que a gente vê aqui é ter uma volta para próxima do verde”, disse.

G-20: MINISTROS DO COMÉRCIO OBTÊM CONSENSO E ADOTAM NOVE PRINCÍPIOS SUSTENTÁVEIS

Três dos tópicos são inéditos: comércio e desenvolvimento sustentável, mulheres no comércio internacional e desenvolvimento sustentável em acordos de investimento

Por Célia Froufe (Broadcast) e Amanda Pupo (Broadcast)

BRASÍLIA - O grupo de Comércio e Investimentos do G-20 alcançou consensos nos quatro temas escolhidos como prioritários pela presidência brasileira, referentes a comércio e desenvolvimento sustentável, mulheres no comércio internacional, desenvolvimento sustentável em acordos de investimento, e reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os três primeiros tópicos são inéditos no G-20 e o endosso dos ministros aos assuntos foi comemorado e classificado como “histórico” pelos negociadores brasileiros.

Na frente vista como a mais ambiciosa, o grupo de ministros de Comércio e Investimentos divulgou um documento com nove princípios “voluntários” sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Eles pedem, por exemplo, que as medidas adotadas pelos países sejam coerentes e alinhadas com acordos multilaterais e outros acordos internacionais, além de baseadas nas “melhores evidências disponíveis”.

A reunião dos ministros de Comércio e Investimento das 20 principais economias do globo ocorreu durante toda esta quinta-feira, 24, em Brasília, sob a liderança do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. A plenária sucedeu a encontros técnicos, na qual os negociadores das delegações amarraram os documentos divulgados hoje e que deverão ser anexados na declaração de líderes do G-20 durante a cúpula que acontecerá em novembro.



Como ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o vice-presidente Geraldo Alckmin foi o representante brasileiro no encontro Foto: Cadu Gomes / Vice-Presidência da República

Ao todo, foram divulgados cinco documentos da trilha de Comércio e Investimentos. O primeiro deles é um resumo dos resultados alcançados pelo grupo, apresentado como “contribuição” para a Declaração do Rio. Já o segundo expõe os princípios do G-20 sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável. O terceiro se trata de um compêndio de boas práticas para aumentar a participação das mulheres no comércio internacional.

É a primeira vez que o tema é tratado como prioridade no fórum econômico, destacaram os representantes brasileiros.

A quarta publicação é um mapeamento de disposições sobre desenvolvimento sustentável e facilitação de investimentos em acordos internacionais. Trata-se de um estudo que foi reconhecido como referência pelos ministros, mas não pode ser considerado um documento aprovado pelo grupo. Por fim, foi divulgada também a declaração da Presidência brasileira do G-20. Nela, o Brasil cita que, no contexto da reunião ministerial de Comércio e Investimentos que ocorreu nos últimos dois dias, alguns membros e outros participantes expressaram suas perspectivas sobre a Rússia e a Ucrânia, e a situação em Gaza.

“Alguns membros e outros participantes consideraram que essas questões têm impacto na economia global e devem ser tratadas no G-20, enquanto outros não acreditam que o G-20 seja fórum para discuti-las”, apontou o documento, que diz ainda que a presidência brasileira do G-20 conduzirá a discussão sobre essas questões entre os sherpas, nos próximos meses, em preparação para a Cúpula de Líderes do Rio de Janeiro.

“Ao recordar a Declaração de Líderes de Nova Délhi, a Presidência Brasileira instou os membros a reforçarem o seu compromisso com o fortalecimento do G-20 como uma plataforma eficaz de cooperação, baseada no consenso como sua ferramenta mais importante”, conclui.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/10/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

MARCELO BACCI DEIXA SUZANO APÓS 10 ANOS PARA SER NOVO DIRETOR FINANCEIRO E DE RI DA VALE

Conselho de administração da Suzano elegeu Marcos Moreno Chagas Assumpção, atual diretor de planejamento financeiro e M&A, para ocupar a posição de Bacci

Por Ana Beatriz Bartolo, Valor — São Paulo



Marcelo Bacci deixa Suzano e vai para Vale — Foto: Divulgação

O vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores da Suzano, Marcelo Bacci, renunciou ao cargo que ocupou nos últimos 10 anos na empresa de papel e celulose, para executar a mesma função na Vale, a partir de 2 de dezembro.

O conselho de administração da Suzano elegeu Marcos Moreno Chagas Assumpção, atual diretor de planejamento

financeiro e M&A, para ocupar a posição de Bacci na companhia, a partir de 30 de novembro

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2024

CONSELHO DA PETROBRAS APROVA CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS

Investimento estimado para conclusão da UFN-III é de cerca de R\$ 3,5 bilhões, e a previsão de início de operação é 2028

Por Ana Beatriz Bartolo, Valor — São Paulo



Fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenado, da Petrobras, no Paraná — Foto: Divulgação/Petrobras

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou a continuidade da implantação da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), localizada em Três Lagoas (MS), após “criteriosa reavaliação do projeto, à luz das premissas do Plano Estratégico 2024-2028”.

Com a decisão, o projeto passa a integrar a carteira em implantação do Plano Estratégico vigente, e a Petrobras dará início aos processos de contratação para retomada

das obras da unidade. O investimento estimado para conclusão da UFN-III é de cerca de R\$ 3,5 bilhões, e a previsão de início de operação é 2028.

O projeto, segundo a companhia, “teve sua atratividade econômica confirmada para essa fase nos diferentes cenários previstos na sistemática de aprovação de projetos de investimento da Petrobras, inclusive com valor presente líquido (VPL) positivo no cenário mais desafiador.”

A UFN-III estava paralisada desde 2015, e o processo de reavaliação do projeto começou no ano passado. O projeto da UFN III prevê a produção anual de cerca de 1,2 milhão de toneladas de ureia e 70 mil toneladas de amônia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2024

PETRÓLEO SE RECUPERA E FECHA SEMANA COM ALTA DE 4,5%

Na sessão desta sexta (25), o contrato futuro de Brent para dezembro subiu 2,24% e o do WTI para o mesmo mês avançou 2,26%

Por Valor — São Paulo



Unidade offshore Santa Ynez, Califórnia (EUA), da Exxon Mobil — Foto: Facebook/Exxon Mobil

Os preços do petróleo fecharam a sexta-feira (25) e a semana com alta expressiva, depois de dois dias seguidos de quedas diante da possibilidade de um cessar-fogo em Gaza. Porém, antes do final de semana, os investidores se protegem de uma possível escalada nos conflitos no Oriente Médio, enquanto esperam novas notícias sobre a retomada das negociações de cessar-fogo.

No fechamento, o contrato futuro de Brent, a referência mundial, para dezembro subiu 2,24%, a US\$ 76,05 por barril, enquanto o futuro do WTI, a referência americana, para o mesmo mês avançou 2,26% para US\$ 71,78. Na semana, o Brent subiu 4% e o WTI ganhou 4,5%.

"Os futuros do petróleo se acomodaram em um modo nervoso de esperar para ver, com grandes riscos bilaterais mantendo os preços limitados por enquanto", disse o chefe de estratégia de commodities da Saxo, Ole Hansen, em nota.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2024

ESTAMOS BUSCANDO ATINGIR NOSSA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO NO MINÉRIO DE FERRO, DIZ PRESIDENTE DA VALE

Por Francisco Góes, Rafael Rosas e Kariny Leal, Valor — Rio



Estamos buscando atingir nossa capacidade de produção no minério de ferro, diz presidente da Vale — Foto: Arquivo/Vale

O presidente da Vale, Gustavo Pimenta, afirmou que a empresa tem algumas alavancas-chave em sua estratégia. O executivo frisou que a companhia busca atingir a capacidade de produção de minério de ferro e ao mesmo tempo que persegue uma cultura de segurança e performance.

Segundo ele, em teleconferência com analistas sobre os resultados do terceiro trimestre, a Vale perdeu um pouco da competitividade, mas as alterações que serão implementadas pela nova gestão vão permitir retomar essa agenda. Pimenta, que era vice-presidente executivo de finanças e relações

com investidores, comanda a mineradora desde o começo de outubro. Pimenta ressaltou que a companhia vai continuar a estratégia de dar prioridade a valores na comparação com volumes.

No passado, antes dos rompimentos das barragens da Samarco, em Mariana, e da própria Vale, em Brumadinho, a companhia chegou a ter meta de atingir produção anual de 400 milhões de toneladas. Depois de Brumadinho, a empresa passou a ter limitações de produção e passou a ter como estratégia o foco em produzir minério de qualidade, o que chamou de “valor sobre volume” (valor over volume, em inglês).

O executivo lembrou que no atual momento, quando a companhia consegue atingir as metas de produção e elevá-las, a grande vantagem não vem só do volume - a meta para este ano é produzir entre 323 milhões e 330 milhões de toneladas -, mas, sim, da flexibilidade permitida.

“Depois de Brumadinho, perdemos a flexibilidade. Mais importante que o volume, é poder tomar as decisões de acordo com o mercado para maximizar a produtividade”, disse.

Rogério Nogueira, vice-presidente interino de soluções de minério de ferro, afirmou que a Vale gostaria de reduzir a oferta de produtos de alta sílica. “Estamos muito orientados à maximização de valor do portfólio”, disse.

Pimenta afirmou que um dos focos da mineradora em sua gestão estará na tomada de decisões cruciais para melhorar a competitividade da empresa. “Vamos acelerar a estratégia de minério de ferro premium”, frisou Pimenta em sua primeira teleconferência de resultados como presidente da companhia. Ele acrescentou que, em suas primeiras semanas no comando da empresa, foram definidas as áreas de foco daqui para frente.

O executivo disse que a empresa quer atingir no futuro produção de 350 milhões de toneladas, com 80% disso em produtos de alta qualidade, como produtos de Carajás e aglomerados.

Acrescentou ainda que a empresa vai trabalhar em estreita colaboração com a sociedade e afirmou que cada pilar será trabalhado com objetivos concretos.

Um dos focos continuará na segurança e Pimenta disse que a empresa vai seguir trabalhando para eliminar as barragens a montante no país. Das 30 estruturas desse tipo no portfólio da empresa, 16 já foram descaracterizadas.

Sobre o lado operacional, lembrou que a Vale teve no terceiro trimestre a maior produção de minério de ferro desde 2018 e afirmou que está confiante de terminar o ano com produção entre 323 milhões e 330 milhões de toneladas de minério de ferro produzidas.

Minérios e transição energética

O presidente da Vale afirmou nesta sexta-feira que o Brasil tem muitas jazidas de minérios para a transição energética. Em teleconferência, Pimenta citou o níquel como um dos produtos importantes para a companhia no cenário de transição energética. O executivo também reforçou a importância do Brasil no portfólio: “Brasil tem enorme potencial em termos de reservas de minérios.”

“Há a discussão de como acelerar o desenvolvimento do país. Temos avançado nas discussões sobre a regulação de cavidades de mineração. Sabemos que a legislação precisa ser melhorada. Vamos poder destravar potencial do país e da Vale para aumentar a produção”, afirmou. “A vantagem da nossa carteira nos metais está nos nossos ativos.”

Questionado sobre possibilidades de parcerias, Shaun Usmar, presidente da Vale Base Metals disse: “Nossa maior oportunidade [em termos de crescimento] está dentro da empresa”.

AUSÊNCIA DE LULA NA COP 16, EM CÁLI, DEIXA ESPAÇO PARA LIDERANÇA REGIONAL DE GUSTAVO PETRO

Liderança ambiental na região, que o governo brasileiro quer ter, está em disputa com o presidente colombiano

Por Daniela Chiaretti, Valor — Cáli, Colômbia



Gustavo Petro v — Foto: Fernando Vergara/AP Photo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não virá à COP 16, a Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas que está ocorrendo em Cáli, Colômbia, desde o dia 21 de outubro. Lula era esperado no segmento de alto nível, na terça-feira, 29, junto a outros 10 chefes de Estado.

Depois da queda em acidente doméstico no domingo, ele ainda não teria sido liberado para viajar. Sua ausência, por motivos de saúde, dará mais espaço ao presidente colombiano Gustavo Petro, que disputa com Lula a liderança ambiental da América Latina e entre os países amazônicos.

Lula fez exames esta manhã no Hospital Sírio-Libanês, em Brasília. De acordo com a assessoria do hospital seu quadro é estável, e o presidente está apto a exercer sua rotina de trabalho em Brasília. Ontem o Planalto já avisara que Lula não irá a São Paulo para a eleição municipal no domingo.

A decisão de não ir à Colômbia é o segundo compromisso internacional que o presidente cancela nos últimos dias – ele não foi à cúpula dos Brics, na Rússia, por não estar em condições de saúde para fazer uma viagem longa de avião.

A vinda de Lula à COP 16 era aguardada por vários motivos. Primeiro, porque a liderança ambiental na região, que o governo brasileiro quer ter, está em disputa com o presidente Gustavo Petro.

O colombiano já roubou a cena em Belém, em 2023, durante a Cúpula da Amazônia, que representou uma retomada da articulação entre os países amazônicos e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a OTCA.

Na ocasião, Petro falou claramente em não explorar petróleo na Amazônia, em contraste com Lula, que quer abrir novas frentes na bacia da Foz do Amazonas, lote da Margem Equatorial em frente ao Amapá.

Petro também foi contundente em relação a trocar dívida por proteção da natureza. Seu discurso ambiental tem sido considerado menos ambíguo do que o do presidente brasileiro.

Além da disputa pela liderança ambiental na região, a presença de Lula seria importante em Cáli para reforçar a ideia defendida pela delegação brasileira de que para proteger a natureza os países precisam de meios de implementação e que os fundos existentes têm problema de governança – os doadores têm mais voz do que os países detentores de florestas.

Outro ponto importante seria ver as sinergias entre as discussões internacionais de clima e de biodiversidade. A COP 29, sobre mudança climática, inicia em menos de 20 dias.

Conhecer a experiência colombiana de montar uma COP em Cáli, com 23 mil inscritos e problemas de segurança, conexão e hospedagem também é importante para a COP 30 que o governo Lula quer montar em Belém, em 2025.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/10/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

STF AUTORIZA FUNCIONAMENTO DE LIXÕES ATÉ FIM DO PRAZO DE LICENCIAMENTO

Brasil ainda tem mais de três mil aterros sanitários
Por Agência Brasil



Brasília - Lixão em Roraima © Arquivo/Maira Heinen/Rádio Nacional

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (24) autorizar que aterros sanitários instalados em áreas de preservação permanente (APPs) podem continuar em funcionamento até o fim do prazo previsto nos contratos de licenciamento.

A decisão da Corte foi tomada durante a análise de recursos apresentados para esclarecer o julgamento da questão, que foi realizado em 2018. Na ocasião, o Supremo entendeu que os aterros não podem funcionar em locais de preservação ambiental ao declarar constitucional um trecho do Código Florestal.

Um dos recursos foi protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU). O órgão informou que cerca de 80% dos lixões do país estão próximos a áreas de preservação. Dessa forma, a decisão dos ministros poderia levar ao fechamento imediato dos aterros.

Ao analisar o caso, a maioria dos ministros entendeu que os lixões podem continuar em funcionamento pelos prazos definidos em contratos com os governos locais, em licenciamentos e previstos em lei.

De acordo com a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), existem cerca de 3 mil lixões no Brasil. Segundo a entidade, o serviço de limpeza urbana alcança 93% da população, mas os resíduos são depositados em aterros inadequados.

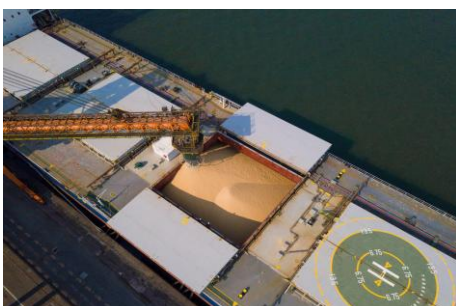
*Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 25/10/2024*

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTO DE SANTOS MOVIMENTOU 137 MILHÕES DE TONELADAS EM 9 MESES

Da Redação Portos e logística 25/10/2024 - 18:30



O Porto de Santos (SP) registrou a movimentação de 137,4 milhões de toneladas de cargas entre janeiro e setembro de 2024, um aumento de 7,7% em comparação ao mesmo período de 2023, quando o volume foi de 127,6 milhões de toneladas. Nos desembarques, houve um crescimento de 11,2%, totalizando 35,4 milhões de toneladas. Já os embarques aumentaram 6,5%, chegando a 102,0 milhões de toneladas.

Em setembro de 2024, o Porto de Santos movimentou 16 milhões de toneladas, uma leve queda de 1,5% em comparação

a setembro de 2023. Mesmo assim, o desempenho acumulado no ano manteve-se forte. Entre os tipos de carga movimentados, os graneis sólidos somaram 71,6 milhões de toneladas no acumulado do ano, um crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior. O açúcar foi o destaque desse segmento, com um aumento de 33,0% nas exportações. Os graneis líquidos também atingiram uma marca histórica de 14,5 milhões de toneladas, com crescimento de 2,0% em relação ao ano anterior, impulsionados pelo aumento na movimentação de óleo diesel e gasóleo (+9,8%) e gasolina (+40,7%).

A movimentação de contêineres também teve um desempenho notável. No acumulado do ano, alcançou 44,4 milhões de toneladas, um crescimento de 21,6% em relação a 2023. Em unidades TEU, o porto registrou 4,0 milhões de TEUs, um aumento de 15,8%. Na carga geral solta, o porto movimentou 6,9 milhões de toneladas, um aumento de 6,6%, com destaque para a celulose, que cresceu 8,6%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024

PETROLEIRO ABREU E LIMA FICA À DERIVA APÓS VENTOS FORTES NA BAÍA DE GUANABARA

Por Lorena Parrilha Teixeira Navegação 25/10/2024 - 18:19



Navio se despreendeu do cais e encalhou a 200 metros do Eisa, que contratou empresa especializada para operação de desencalhe, que será acompanhada pela Marinha. Embarcação foi encomendada pela PDVSA e lançada em 2009

O petroleiro Abreu e Lima, de 182,85 metros de comprimento e 32,2 metros de largura, ficou à deriva na Baía de Guanabara, na tarde da última quinta-feira (24), após ventos fortes romperem seus cabos de amarração. Encomendado pela companhia venezuelana de petróleo PDVSA e lançado ao mar em 2009, o

navio se encontrava em reparos no Estaleiro Ilha S.A. (Eisa), na Ilha do Governador, zona norte do Rio de Janeiro, quando foi arrastado e acabou encalhando a aproximadamente 200 metros do estaleiro. Três rebocadores foram acionados para manter a segurança da embarcação, enquanto equipes especializadas da Marinha e da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ) acompanharam a situação.

Contratada pelo estaleiro, a AWS Service já iniciou os estudos técnicos para realizar o desencalhe com segurança. Segundo Ed Nascimento, CEO da AWS Service, o plano inicial prevê o uso de até cinco rebocadores, configurados para operar em áreas de baixa profundidade, como as da Baía de Guanabara. “A configuração final dos rebocadores será definida após aprovação dos planos operacionais, focando na segurança e eficiência da operação”, afirmou Nascimento.

Antes da operação, foi realizada uma inspeção estrutural completa no casco do petroleiro, interna e externamente, sem identificação de danos. Além disso, um plano de segurança adicional prevê o uso de rebocadores em stand-by e reforço dos cabos de amarração com aço, garantindo que a embarcação permaneça estável e segura.

Para assegurar a estabilidade do navio durante o desencalhe, a AWS adotará um sistema de monitoramento contínuo, incluindo DGPS (Sistema de Posicionamento Dinâmico por Satélite) e réguas de medição calibradas para acompanhar em tempo real a inclinação e a posição do Abreu e Lima. “Essas ferramentas são fundamentais para mantermos o controle da operação em tempo real e com precisão”, acrescentou Nascimento.

A operação de desencalhe, que ainda não possui uma data exata para início, depende da aprovação do plano pela CPRJ, que supervisiona o processo e visa a preservação ambiental da Baía de Guanabara.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024

BRADO IMPLANTA REDEX NO TERMINAL DE RONDONÓPOLIS PARA AGILIZAR EXPORTAÇÕES

Da Redação *Portos e logística* 25/10/2024 - 16:56



A empresa de logística multimodal Brado implementou o Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) em seu terminal de Rondonópolis, no Mato Grosso, um recurso que permite a liberação aduaneira de mercadorias diretamente no terminal. Com isso, cargas destinadas à exportação podem sair do terminal já prontas para o embarque no porto, reduzindo o tempo de transporte e o risco de perda de embarque. Essa estrutura é vantajosa para a logística de commodities como algodão, grãos e madeira, que agora contam com um sistema de fiscalização e liberação mais ágil e seguro.

O Redex permite que a Receita Federal acompanhe remotamente as cargas desde a chegada ao terminal, utilizando câmeras de segurança e sistemas de informação. Em caso de necessidade, fiscais podem realizar vistorias detalhadas presencialmente ou com câmeras móveis. Segundo André Luis Nóbrega, gerente de planejamento da Brado, esse processo reduz o tempo de operação e garante maior segurança para as cargas, além de diminuir a movimentação nas áreas portuárias, beneficiando toda a cadeia logística, especialmente os clientes da empresa.

A Brado investiu R\$ 3 milhões em melhorias de infraestrutura para o Redex, incluindo cercas padrão Receita Federal, controle de acesso de pessoas e veículos, e instalação de câmeras para monitoramento integral dos 146,6 mil metros quadrados do terminal. A estrutura atende especialmente cargas secas, como madeira, que passará por fumigação com brometo de metila, obrigatória para eliminar pragas e fungos e restrita a áreas autorizadas pela Receita Federal.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 25/10/2024

PORTO DE ITAGUAÍ TERÁ NOVO TERMINAL DE MINÉRIO COM LEILÃO EM DEZEMBRO

Da Redação *Portos e logística* 25/10/2024 - 16:54



O Porto de Itaguaí (RJ) está prestes a ganhar um novo terminal de minério com a concessão da área ITG02, cuja licitação foi oficialmente anunciada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O leilão, previsto para ocorrer no dia 18 de dezembro na B3, em São Paulo (SP), faz parte do maior pacote de arrendamentos portuários da atual gestão do governo federal. Este novo terminal é considerado o mais significativo projeto da PortosRio e promete reforçar o Porto de Itaguaí como importante polo exportador de minério de ferro do Brasil.

A área destinada ao terminal, de 348.937 metros quadrados, permitirá a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais. Estima-se que a empresa vencedora do leilão investirá cerca de R\$ 3,5 bilhões no projeto, que terá capacidade para movimentar 20 milhões de toneladas de minério por ano. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) projeta a criação de 2.800 empregos indiretos durante a construção e aproximadamente 2.000 empregos diretos e indiretos na operação do terminal. Além disso, o contrato de arrendamento, com duração de 35 anos, poderá gerar até R\$ 1,2 bilhão em arrecadação de ISS para o município de Itaguaí.

O projeto seguirá padrões rigorosos de controle ambiental, incluindo o armazenamento adequado de minério, uso de equipamentos de controle de emissões e monitoramento ambiental contínuo. As informações completas sobre o edital e anexos estão disponíveis no site da Antaq ou na sede da agência em Brasília.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024

SÃO PAULO AUTORIZA PPP PARA CONSTRUÇÃO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Da Redação Portos e logística 25/10/2024 - 16:17



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou, na última quarta-feira (23), o projeto de lei 655/2024, autorizando a parceria público-privada (PPP) para a construção, operação e manutenção do túnel imerso Santos-Guarujá, aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no último dia 9 de outubro. A obra é uma demanda dos moradores da Baixada Santista e tem como objetivo alavancar a economia e melhorar a mobilidade na região, ligando Santos e Guarujá em menos de cinco minutos.

O projeto, estimado em R\$ 6 bilhões, será financiado por três frentes: o governo de São Paulo, a União e o setor privado. Cerca de 86% do valor virão de investimentos públicos, divididos igualmente entre os governos estadual e federal. A estrutura de 1,5 km, dos quais 870 metros serão submersos, comportará carros, ônibus, caminhões e incluirá uma ciclofaixa e espaço para pedestres. Além de melhorar a mobilidade, a obra deve gerar 9 mil empregos diretos e indiretos durante sua construção. Atualmente, mais de 21 mil veículos, 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres dependem de balsas e barcos para fazer a travessia entre as cidades. Com o novo túnel, espera-se uma redução significativa no tempo de deslocamento e um impacto positivo na qualidade de vida dos moradores e turistas.

Na próxima segunda-feira (28), a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) apresentará uma proposta de traçado do túnel aos moradores do bairro Macuco, em Santos. Em dezembro, o governo do estado deve enviar a documentação atualizada ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aguarda a aprovação do EIA-Rima para obter a licença ambiental. A previsão é que o edital da PPP seja publicado no segundo trimestre de 2025, com o leilão no segundo semestre do mesmo ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024

FPSO ALMIRANTE TAMANDARÉ CHEGA AO BRASIL PARA AMPLIAR PRODUÇÃO EM BÚZIOS

Da Redação Offshore 25/10/2024 - 16:10



O navio-plataforma Almirante Tamandaré, uma unidade do tipo FPSO, chegou ao Brasil e será instalado no Campo de Búzios, na Bacia de Santos, próximo à costa do Rio de Janeiro. Esta é a primeira plataforma de alta capacidade a operar neste campo, com potencial para produzir até 225 bpd e processar 12 milhões de metros cúbicos de gás diariamente.

A unidade deixou o estaleiro CMHI na China em 31 de julho e se junta a cinco outras plataformas que já operam em Búzios: FPSOs P-74, P-75, P-76, P-77 e Almirante Barroso. Equipado com tecnologias de descarbonização, o Almirante Tamandaré possui, entre outros recursos, um sistema de flare fechado

que, junto com equipamentos de recuperação de calor, contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e otimiza o consumo de energia da unidade.

A uma distância de aproximadamente 180 quilômetros da costa, o Campo de Búzios começou suas operações em 2018 e é atualmente o maior campo de águas ultraprofundas do mundo. Ele responde sozinho por mais de 20% da produção total da Petrobras.

A exploração do campo é gerida por um consórcio liderado pela Petrobras, em parceria com as empresas chinesas CNOOC, CNODC e a PPSA, esta última responsável pelos contratos de partilha da produção. Para a Petrobras, a chegada do FPSO Almirante Tamandaré simboliza um passo importante para o aumento da capacidade produtiva do campo e para a ampliação das iniciativas de sustentabilidade na produção de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/10/2024

EÓLICAS OFFSHORE AINDA TERÃO ETAPAS DESAFIADORAS APÓS REGULAÇÃO

Por Danilo Oliveira Offshore 24/10/2024 - 21:09



Para ABEEólica, Brasil precisará dar outros passos rumo à consolidação da geração eólica no mar associados aos custos, financiamento e a condições de desenvolvimento, a fim de viabilizar os projetos

A Associação Brasileira de Energia Eólica projeta que, após a regulação, o Brasil ainda precisará dar outros passos rumo à consolidação da geração eólica offshore, que estão associados aos custos, linhas de financiamento e a condições de desenvolvimento, a fim de viabilizar os projetos e preparar a cadeia produtiva com antecedência.

A avaliação da ABEEólica é que cada mercado tem sua característica específica e que a demanda vai se diferenciar, especialmente, pela capacidade de atendimento dessa cadeia.

“Temos visto, nos últimos anos, a tecnologia de eólica offshore escalando patamares de capacidade instalada pelo desenvolvimento de fatores como infraestrutura portuária e logística e maturidade na regulação”, comentou o head de energia eólica offshore na ABEEólica, Matheus Noronha, na última semana, durante o evento “Portos Verdes: Oportunidades de Parceria na Transição Energética”, promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com o Consulado da Bélgica no Rio de Janeiro e a Prumo Logística.

Um dos pontos de atenção no mercado internacional é como os grandes bancos vão se posicionar para auxiliar no financiamento da descarbonização. Noronha cita relatório do Banco Mundial, com participação da ABEEólica, que recomendou ações de blended finance (financiamento misto, em tradução livre) e parcerias para endereçar essa agenda. A leitura é que as próximas conferências climáticas (COPs) serão fundamentais e que é possível criar um ambiente de mercado propício para o desenvolvimento.

Para a ABEEólica, a redução de custo da energia eólica passa por essas parcerias. De 2010 até 2023, o custo dessa energia caiu 63%, segundo dados da International Renewable Energy Agency (IRENA). Em 2023, a queda foi de 7% do custo das eólicas. Segundo Noronha, isso significa que a média dos demais mercados continua conseguindo comercializar esta fonte de energia a um valor e numa tendência que reduz o custo. “Se essa tecnologia continuar nesse passo de redução de custo, se tornará muito competitiva”, projetou.

O percentual do último ano levou em conta, entre outros fatores, que países como China diminuíram a média, mas tiveram uma curva de aprendizado no período. “Alguns países observaram que, se bidarmos somente olhando para critérios econômicos e financeiros, teremos risco em relação à tecnologia ascendendo a sua maturidade”, analisou. Noronha mencionou que leilões no Reino Unido

utilizam mecanismo de apoio CfD (Contracts for Difference) para compensar valores e chegar a uma competitividade factível.

Outros exemplos, segundo ele, ocorreram em certames na Holanda e em outros países que adotaram o No Price Character (NPC) — critérios não precificáveis, como a concessão de áreas que auxiliavam na industrialização de regiões para a escala da tecnologia. “Isso faz com que consigamos diluir o custo de capital ao longo dos anos do projeto. É uma das coisas que poderia ajudar na maturidade”, sugeriu.

Para o head do segmento offshore da ABEEólica, os editais dos leilões de área no Brasil vão precisar ser ajustados conforme a maturidade da tecnologia. Ele comparou ao hidrogênio, que também possui questões similares em relação a eletrolisadores e aos materiais utilizados. “São provocações para que o governo e instituições entendam que é uma mescla de fatores: financiamento, preço da energia, regulação (...)”, ressaltou.

A ABEEólica enxerga que existem muitos passos a serem dados na descarbonização diante do compromisso que diversos países assinaram em acordos climáticos para alcançar NetZero até 2050. Noronha considera que parcerias entre governos e empresas serão essenciais para estruturar o arcabouço regulatório. Ele lembrou que o projeto de lei tramita desde 2017 e está em fase final, aguardando o relatório para sanção presidencial. Na pauta, acrescentou, estão projetos relacionados ao mercado de carbono e aos combustíveis do futuro. “Não é possível o Brasil se posicionar na transição energética sem aprovar essas pautas. É fundamental pelo horizonte da descarbonização e da reindustrialização”, apontou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/10/2024

EMPRESAS BELGAS DE DRAGAGEM AMPLIAM PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS GLOBAIS DE RENOVÁVEIS

Por Danilo Oliveira Offshore 24/10/2024 - 19:10



Deme e Jan De Nul destacam que oportunidades ligadas à transição energética podem, nos próximos anos, atingir 50% de participação em seus portfólios

A transição energética ampliou o olhar do setor marítimo para tecnologias e abriu novas perspectivas de negócios para empresas de dragagem na última década. Duas das maiores empresas belgas do segmento de dragagem veem evolução das embarcações, com tecnologias eficientes para redução de emissões e fabricação de unidades capazes de ser movidas por diferentes opções de combustíveis. Para Deme e Jan De Nul (JDN), o desenvolvimento do mercado offshore no Brasil tem um grande potencial, mas ainda vai encarar desafios para alcançar projeção no cenário global.

Os projetos na área de energias renováveis representam praticamente metade da carteira global da Jan De Nul, que está presente há quase 30 anos no Brasil e atualmente opera em 49 países. Desde 2010, a empresa aposta no mercado de renováveis, além das áreas já consolidadas de infraestrutura portuária de dragagem marítima. O principal campo na área em ascensão é o de geração de energia eólica offshore, considerado um mercado interessante em desenvolvimento no Brasil.

A frota global da JDN conta com cerca de 85 navios principais e mais de 150 navios auxiliares. O diretor comercial da Jan De Nul Brasil, Ricardo Delfim, destaca que, desde 2018, as dragas que saem dos estaleiros contam com sistemas de controle de emissões atmosféricas relevantes, que chegam a reter 99% das emissões dos equipamentos. Ele conta que navios com alta capacidade de içamento (heavy lift) e navios de instalação offshore também já vêm dotados de tecnologia ULEV — ultra low emissions vessels.

“Nas próximas ações nossas a caminho do NetZero, temos dois navios para lançamento de cabos que fazem conexão dos aerogeradores ao continente. Virão navios preparados para uso futuro de metanol verde, apesar de ainda não existir para abastecimento”, revelou Delfim, na semana passada, durante o evento “Portos Verdes: Oportunidades de Parceria na Transição Energética”, promovido pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com o Consulado da Bélgica no Rio de Janeiro e a Prumo Logística. Ele acrescentou que as estratégias vão se adequando à infraestrutura dos mercados, mas também contribuem com o desenvolvimento de soluções para os portos.

Delfim disse que a estratégia da companhia nesse momento é a formação de parcerias para estabelecer diagnósticos e tentar prover a melhor logística possível. Ele observa que a atividade eólica offshore demanda infraestrutura portuária e ativos capazes de aguentar essa logística. “Acreditamos no mercado brasileiro. Temos parcerias em curto, médio e longo prazo. A ideia é difundir e tentar passar o diagnóstico nos portos que estamos operando sobre nível logístico necessário. As parcerias giram em torno disso”, afirmou.

A Deme enxerga uma janela de oportunidades gigantesca no Brasil, ao mesmo tempo que um desafio muito grande. O diretor executivo da Deme Brasil, Disney Barroca, avalia que o mercado eólico offshore mundial vêm se desenvolvendo rapidamente nas duas últimas décadas e fez com que 44% da receita do grupo belga seja proveniente desse segmento.

“Nossa expectativa é que, a partir de 2024, após 10 anos, a eólica offshore já seja mais representativa [no grupo Deme] do que a dragagem que é segmento histórico”, projetou. Além da dragagem e da infraestrutura marítima, o grupo atua em áreas de meio ambiente (descontaminação) e engenharia marítima (concessões e investimentos).

Barroca estima que, nos últimos 12 anos, as dragas novas já foram construídas para operar com mais de um combustível (dual fuel). Ele ponderou que, apesar do diferencial competitivo para as empresas cumprirem rigorosos padrões europeus, o uso dos combustíveis menos emissões em outros mercados depende da disponibilidade de infraestrutura de cada país.

“Uma draga dual fuel não vai operar com o combustível mais eficiente pela não existência de capacidade portuária para poder fazer carregamento com esse tipo de combustível. Toda indústria marítima vai pressionar o setor portuário nacional nesse sentido, uma vez que existe custo adicional significativo para adotar esse tipo de tecnologias e as empresas são pressionadas a usá-las”, analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/10/2024

BRASIL ESTÁ NA ROTA DA DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA, APONTAM AGENTES

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 24/10/2024 - 19:39



No 11º Encontro da ATP, especialistas discutem metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e impacto das novas regulamentações da IMO para o setor portuário brasileiro

Nos próximos três anos, o setor de transporte marítimo passará por mudanças importantes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Durante o Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho da Organização Marítima Internacional (IMO) em julho de 2023, foi acordado que as emissões líquidas zero devem ser alcançadas até 2050, com esforços para disponibilizar combustíveis alternativos de baixo carbono até 2030.

A 11ª edição do Encontro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) destacou a transição energética no transporte marítimo e as oportunidades e ameaças para o setor portuário brasileiro. O evento reuniu especialistas que discutiram a implementação de tecnologias sustentáveis, metas da IMO e a busca por uma governança eficiente que possa alinhar o país aos padrões internacionais, sem comprometer sua competitividade no mercado global.

A transição energética no setor de transporte marítimo ganhou destaque global com a decisão da Organização Marítima Internacional (IMO) de estabelecer a meta de emissões líquidas zero até 2050. Essa mudança, impulsionada pela crescente urgência de combater as mudanças climáticas, tem como objetivo substituir os combustíveis fósseis por fontes alternativas de energia, como hidrogênio, eletricidade e biocombustíveis. O Brasil, sendo um dos principais players no comércio marítimo global, enfrenta desafios significativos para se adaptar às novas regulamentações, especialmente em um cenário de crescimento econômico e expansão portuária.

Murillo Barbosa, diretor-presidente da ATP, enfatizou que o período até 2030 será decisivo para a implementação de combustíveis alternativos, reforçando que penalidades para emissões de GEE começarão a ser aplicadas em 2027. "A migração para alternativas energéticas é inevitável. A IMO já definiu os caminhos e cabe a nós, como país membro, nos adequarmos", declarou Barbosa.

Essa necessidade de adaptação também foi destacada pelo almirante Washington Luís, representante brasileiro na IMO. Segundo ele, o Brasil está prestes a enfrentar novos desafios com a cobrança de taxas de carbono, o que pode impactar negativamente a competitividade do país. "Estamos trabalhando em conjunto com a indústria e a academia para encontrar soluções que mantenham nossa posição no mercado global e assegurem a viabilidade de nossas operações portuárias", afirmou o almirante.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, disse que o Brasil já está desenvolvendo estudos para avaliar sua capacidade de suprimento de energia limpa nos portos. "Estamos nos preparando para receber embarcações com combustíveis menos poluentes. A implementação de parques eólicos offshore e o desenvolvimento de novas tecnologias são prioridades", explicou Nery.

Além dos desafios tecnológicos, o impacto social e econômico da transição energética também foi tema central. Mariana Pescatori, secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, reforçou que os terminais privados, responsáveis pela maior parte da movimentação de carga no país, têm um papel importante nessa transformação. "Precisamos de investimentos significativos, tanto públicos quanto privados, para adaptar nossa infraestrutura portuária e garantir que ela esteja preparada para o futuro", disse.

Entre as iniciativas já em curso, Marcelo Sampaio, diretor de assuntos regulatórios da Vale, destacou os esforços da empresa em inovação. A Vale tem investido em tecnologias como velas rotativas e o uso de biocombustíveis, como óleo de cozinha reciclado, para reduzir as emissões em suas operações de longo curso. "Nosso compromisso é com a sustentabilidade e estamos alinhados às metas da IMO", afirmou Sampaio.

No entanto, a adaptação não se restringe apenas ao mar. A relação entre porto e cidade também foi abordada no evento. Segundo Eduardo Nery, a Antaq tem trabalhado em estratégias para melhorar a resiliência climática dos portos e sua interação com as comunidades locais. A transição energética no transporte marítimo exige uma abordagem integrada que envolve o governo, a iniciativa privada e a comunidade internacional. O Brasil, com sua extensa costa e forte dependência do comércio marítimo, precisa acelerar seus esforços para atingir as metas estabelecidas pela IMO, garantindo que a sustentabilidade se torne um pilar central de suas operações logísticas.

De acordo com Mariana, além das adaptações tecnológicas e de infraestrutura, será necessário um amplo diálogo entre as esferas governamentais e o setor privado para garantir que os investimentos necessários sejam realizados. A criação de políticas públicas eficazes, como a regulamentação do BR do Mar e a promoção da cabotagem, são passos importantes nessa direção.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 117/2024
Página 65 de 65
Data: 25/10/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 24/10/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 25/10/2024